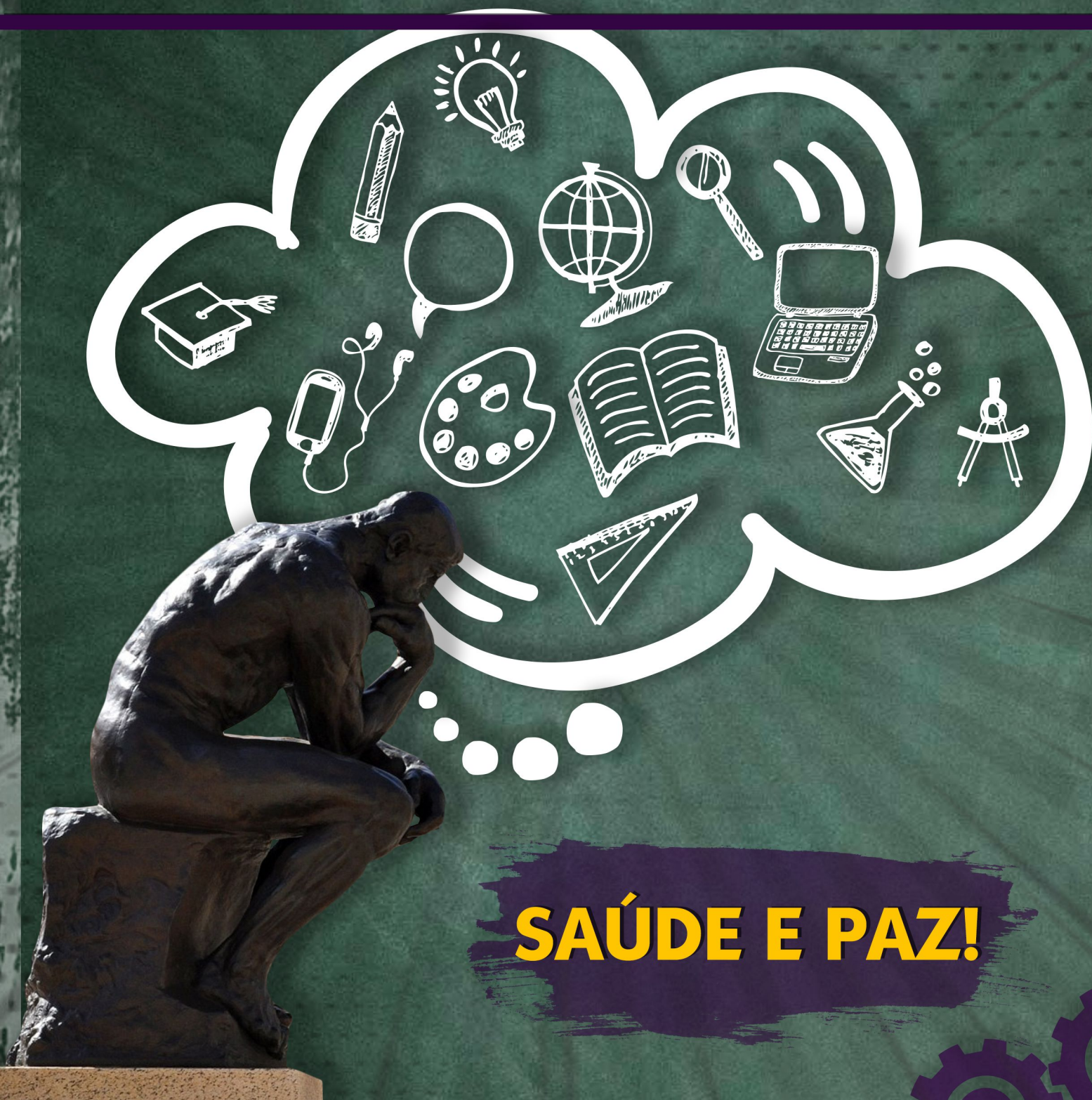


Revista

FONTES DOCUMENTAIS

v. 03 n. 03 – set./dez. 2020

ISSN – 2595-9778



SAÚDE E PAZ!

GEPHIBES 



INSTITUTO FEDERAL
Sergipe



 @REVISTAFONTESDOCUMENTAIS

EXPEDIENTE

*Revista Fontes Documentais, Aracaju, SE, v. 3, n. 3, set./dez., 2020.
Publicação quadrimestral organizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas
em História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES)
Instituto Federal de Sergipe (IFS)*

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Chefe

Salim Silva Souza – Bibliotecário do Instituto Federal de Sergipe (IFS)

Editora da Seção Informação, Cultura e Patrimônio

Profa. Dra. Zeny Duarte de Miranda – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Conselho Editorial

Dr. Edilson Damasio - Universidade Estadual de Maringá (UEM);

Profa. Dra. Jussara Santos Pimenta – Universidade Federal de Rondônia (UNIR);

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Profa. Dra. Nídia Maria Lienert Lubisco – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Dr. Pablo Boaventura Sales Paixão – Instituto Federal de Sergipe (IFS);

Dr. Ronnie Fagundes de Brito - Tecnologista no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT);

Profa. Dra. Silvânia Santana Costa - Universidade Tiradentes (UNIT);

Comitê Avaliativo

Prof. Ma. Andreia Bispo dos Santos – Rede Estadual de Sergipe;

Profa. Dra. Bárbara Coelho Neves – Universidade Federal da Bahia (UFBA);

Ma. Jandira Reis Vasconcelos – Universidade Federal de Sergipe (UFS);

Profa. Dra. Márcia Ivo Braz - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);

Profa. Ma. Maristela do Nascimento Andrade – Centro de Educação a Distância -
Universidade Federal de Sergipe (CESAD/UFS);

Profa. Dra. Niliane Cunha de Aguiar – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Capa e Editoração

Gabriel Ferreira Souza

Comunicação

Ida Conceição Andrade de Melo

Normalização

Salim Silva Souza

Edite Santos de Araújo

Revisão de Texto

Jéssica Mirelle Lopes Matos;

Maria Monize Andrade de Paula

Cláudia Andrade;

Juliana Pereira Sant'Ana Santos

Tradução

Luana Inês Alves Santos

Indexadores

Latindex;

LatinRev

ERIH PLUS;

Livre;

BRAPCI;

Diadorim;

Súmarios;

Google Acadêmico

Apoio

**INSTITUTO FEDERAL DE
SERGIPE**

Reitora: Ruth Sales Gama de Andrade

R454 Revista Fontes Documentais / Grupo de Estudos e Pesquisas em História das Bibliotecas de Ensino Superior – GEPHIBES/IFS. v. 3, n. 3, 2020 – Aracaju: IFS, 2018-

Quadrimestral

e-ISSN 2595-9778 (publicação eletrônica)

Endereço eletrônico:

<https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/index.php/fontesdocumentais>

1. Ciência da Informação – Periódicos I. Brasil, Instituto Federal de Sergipe.

CDU 02(05)

CDD 020.5

A Revista Fontes Documentais está licenciada no Creative commons – atribuição não comercial 4.0 internacional.

EDITORIAL

O que dizer de 2020? Um ano bem atípico, onde a humanidade teve que lidar com um inimigo invisível, que nos privou de um contato mais próximo com entes queridos, amigos e colegas. Tivemos que nos adaptar para seguirmos adiante, aprendendo a lidar com uma tecnologia já existente, mas que teimávamos em não a adotar, talvez até por medo ou não acreditar ser ela tão necessária assim. Daí a expansão das lives, das reuniões profissionais, familiares e até mesmo das aulas via vídeos conferências, o trabalho passou a ser realizado de casa (home office), os eventos e encontros antes físicos, passaram a ser inteiramente virtuais. Sim, houve tantas mudanças! Certamente estas se perpetuarão no cotidiano daqui para frente, muito embora seja uma incógnita até que proporção isso se dará.

Com muito esforço, a Revista Fontes Documentais também teve que se adaptar para dar prosseguimento nas produções de seus números em 2020. Agradecemos aos autores que persistentemente exerceram suas atividades de pesquisadores, e nos presentearam com belos e preciosos artigos, que nesta edição foram disponibilizados para a apreciação de nossos leitores. Esse número tem um significado especial para toda a equipe do GEPHIBES e do nosso Conselho Editorial, pois representa a perseverança e a fé em dias melhores. Assim, esta edição apresenta cinco artigos originais, um artigo de revisão e um relato de pesquisa.

Este fascículo compreende aos meses de setembro a dezembro de 2020, trazendo a produção acadêmica de pesquisadores de diversas regiões do Brasil nas áreas da Ciência da Informação, Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia, Museologia, História e Educação.

Começando esta edição, temos o artigo da bibliotecária do IFS e mestranda pelo Programa de Mestrado Profissional em Ciência da Informação (PPGCI/UFS), **Kelly Cristina Barbosa**, em parceria com o Professor Doutor do PPGCI/UFS, **Pablo Boaventura Sales Paixão**, com a mestranda em Ciência da Informação pelo (PPGCI/UFS), **Ida Conceição Andrade de Melo**, e com a servidora do IFS, **Jessica Mirelle Lopes Matos**, intitulado **A mediação da informação no processo de ensino-aprendizagem: a participação e importância da biblioteca**, onde traça um paralelo entre a educação atual e a Biblioteca, buscando demonstrar qual a sua influência no processo de ensino-aprendizagem e quais os aspectos fundamentais e necessários para

que esta mediação ocorra efetivamente.

Em seguida o artigo intitulado **Bibliotecas Parque de Medellín: a biblioteca pública se reinventa**, de autoria do professor do Departamento de Ciências da Informação e Biblioteconomia, da Universidade Federal de Rondônia (UFRO), **Marcos Leandro Freitas Hübner** e da professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), **Jussara Santos Pimenta**, nos apresenta a experiência colombiana de implantação de bibliotecas parque que, atualmente, são concebidas como bibliotecas públicas em transformação. Poderemos observar também como está sendo realizada esta experiência no Brasil.

No artigo intitulado **As tipologias de mediação da informação e pedagógica no ERECI 2018**, produzido pela Professora voluntária do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (DCI/UFS) **Shirley dos Santos Ferreira**, nos traz uma discussão sobre os tipos de mediação da informação e pedagógica utilizadas no Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação (ERECI) e de que modo contribuíram para o aprendizado do público presente.

O quarto artigo, é de autoria dos bibliotecários mestres, **Fábio Jesus dos Santos**, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), **Jandira Reis Vasconcelos**, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e **Vagner José Magarão de Araújo**, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), e que nos traz um estudo sobre a mulher negra na perspectiva de suas aparições em capas das revistas de moda brasileira, utilizando para isso o método da bibliometria, como o próprio título deste trabalho destaca: **Análise bibliométrica da representatividade feminina negra em revistas brasileiras de moda**.

Na Seção Informação, Cultura e Patrimônio vamos apreciar o artigo intitulado: **Memória e representações: entre lembrança e esquecimento**, de autoria da professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), **Débora Adriano Sampaio** e do bibliotecário da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), **Esdras Renan Farias Dantas** que analisa a construção e a inter-relação dos conceitos de memória e representação, dialogando sobre passado/presente e o processo de lembrar e esquecer no tempo e no espaço para consolidação das identidades culturais.

Em seguida, vamos conhecer um pouco sobre a história do paraibano Antonio Heliton Santana, que enveredou pelos movimentos sociais, políticos, sindicais e religiosos, oscilando da Teologia da Libertação da Igreja Católica até às religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda. Seu acervo pessoal é o objeto de estudo deste artigo intitulado **O Arquivo Pessoal de Heliton Santana: fonte de informação e**

memória, de autoria do professor doutor da Faculdades Integradas de Patos e da Faculdade São Judas Tadeu, **Valdir de Lima Silva** e da professora **Maria Nilza Barbosa Rosa**, vinculada a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Desejamos a todos uma ótima leitura e um 2021 de muita saúde e paz!

Salim Silva Souza
Editor-chefe

SUMÁRIO

EDITORIAL _____ **03**

❖ ARTIGOS

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-
APRENDIZAGEM: A PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA**

(Kelly Cristina Barbosa, Pablo Boaventura Sales Paixão, Ida Conceição Andrade de Melo, Jessica Mirelle Lopes Matos) _____ **06**

**BIBLIOTECAS PARQUE DE MEDELLÍN: A BIBLIOTECA PÚBLICA SE
REINVENTA**

(Marcos Leandro Freitas Hübner e Jussara Santos Pimenta) _____ **20**

**AS TIPOLOGIAS DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PEDAGÓGICA NO
ERECIN 2018**

(Shirley dos Santos Ferreira) _____ **33**

**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA
NEGRA EM REVISTAS BRASILEIRAS DE MODA**

(Fábio Jesus dos Santos, Jandira Reis Vasconcelos e Vagner José Magarão de Araújo) _____ **44**

❖ INFORMAÇÃO, CULTURA E PATRIMÔNIO

**MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES: ENTRE LEMBRANÇA E
ESQUECIMENTO**

(Débora Adriano Sampaio e Esdras Renan Farias Dantas) _____ **62**

**O ARQUIVO PESSOAL DE HELITON SANTANA: FONTE DE INFORMAÇÃO
E MEMÓRIA**

(Valdir de Lima Silva e Maria Nilza Barbosa Rosa) _____ **76**

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM: A PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA

*MEDIATION OF INFORMATION IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS:
THE PARTICIPATION AND IMPORTANCE OF THE LIBRARY*

Kelly Cristina Barbosa

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Bibliotecária do Instituto Federal de Sergipe (IFS) atuando como Diretora Geral de Bibliotecas do Instituto. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7131-3504>. E-mail: barbosakc@hotmail.com

Pablo Boaventura Sales Paixão

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Complutense de Madri (Espanha). Relações Públicas do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Professor Permanente Voluntário do PPGCI/UFS. Membro do Núcleo de Estudos em Mediação, Apropriação e Gestão da Informação e do Conhecimento (NEMAGI/UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3651-4316>. E-mail: pabloboaventura1@hotmail.com

Ida Conceição Andrade de Melo

Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro do Grupo de Pesquisa em Leitura, Escrita e Narrativa (PLENA/UFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1015-2510>. E-mail: idaandrade.biblio@gmail.com

Jessica Mirelle Lopes Matos

Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Cândido Menezes. Licenciada em Química pela Faculdade Pio Décimo. Graduanda em Odontologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Servidora do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História das Bibliotecas de Ensino Superior (GEPHIBES). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7951-2604>. E-mail: jessica.matos@ifs.edu.br

RESUMO

O presente artigo visa abordar o papel da biblioteca na mediação do processo de ensino-aprendizagem na esfera da educação institucional. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos e artigos científicos acerca do tema proposto, disponibilizados e atualizados, principalmente, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB, e passaram por uma análise crítica sobre os seus respectivos conteúdos. Dessa forma, os diagnósticos obtidos sobre o tema proposto foram bastante satisfatórios no que tange à função da biblioteca como mediadora do conhecimento no âmbito educacional.

Demonstra, desse modo, a relevância deste artigo para o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo, no atual contexto pelo qual passa a educação brasileira, considerando as mudanças que ocorrem cada vez mais depressa em virtude das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Palavras-chave: Biblioteca. Educação. Ensino-Aprendizagem. Tecnologias.

ABSTRACT

This article aims to address the role of the library in mediating the teaching-learning process in the sphere of institutional education. The methodology used was the bibliographic

review of academic papers and scientific articles on the proposed theme, made available and updated, mainly, by the Federal Council of Library Science - CFB, and underwent a critical analysis of their respective contents. Thus, the diagnoses obtained on the proposed theme were quite satisfactory regarding the role of the library as a mediator of knowledge in the educational field. In this way, it

demonstrates the relevance of this article for the teaching-learning process, above all, in the current context through which the Brazilian education goes, considering the changes that occur more and more rapidly due to Information and Communication Technologies (ICT).

Keywords: Library. Education. Teaching and Learning. Technologies.

1 INTRODUÇÃO

Durante toda a história da humanidade, nunca se produziu tanto conhecimento, em diferentes suportes e em diferentes formas de disseminá-lo, tendo em vista que o mundo está norteado por tecnologias. Por meio desses fatos, faz-se necessário um mecanismo capaz de atender à ansiedade informacional causada pelas inúmeras mudanças tecnológicas e que, ao mesmo tempo, forneça ao educando acesso a informações e subsídios que promovam conhecimentos e fundamentos sobre o processo de ensino-aprendizagem. Essa prática educacional é de suma importância que seja desenvolvida desde os primeiros anos de escolaridade, desenvolvendo com o aluno uma prática de pesquisa e construção do saber que irá acompanhá-lo durante toda a vida.

Nesse contexto tecnológico do mundo atual, faz-se necessário, também, repensar o processo de ensino-aprendizagem, devido às novas descobertas nos campos da pedagogia e psicologia. Paulo Freire (2008, p.23) conceitua a pedagogia autônoma como “[...] quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [...]” ressaltando a importância de disseminar ensinamentos corretos, para que possam ser repassados aos compreendidos pelo educando. É no bojo desses acontecimentos que se aprofunda a perspectiva de que o aluno não só pode, mas deve ser parte ativa do processo educacional, visto a adequação do ensino aos novos desafios propostos pelas transformações sociais e tecnológicas.

Partindo desse contexto educacional, necessita-se de um instrumento capaz de proporcionar esse conhecimento no âmbito acadêmico, desenvolvendo no discente a vontade de aprender, dando continuidade à prática de pesquisa e a participação direta na edificação do saber, relacionando-o com outros aspectos do conhecimento prático. Neste ínterim, reside o porquê do presente artigo — responder, de forma concisa e objetiva, às novas perspectivas do ensino.

A Biblioteca, como um espaço ideal para fornecer esses instrumentos,

disponibilizando informações e trabalhando com o aluno de forma participativa e relevante, atua como mediadora do processo educacional. Dessa forma, será traçado um paralelo entre a educação atual e a Biblioteca, buscando demonstrar qual a sua influência no processo de ensino-aprendizagem e quais os aspectos fundamentais e necessários para que esta mediação ocorra efetivamente.

Pretende-se analisar, nesta perspectiva, o papel da biblioteca, a qual deve propor direcionamentos, não apenas no aspecto institucional, como também para os profissionais que nela atuam, e enfatizando a sua contribuição na construção do conhecimento. Como base desses argumentos, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), criada em 20 de dezembro de 1996, e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), com a finalidade de enumerar os princípios que regem a educação nacional, orienta a escola e os professores a se adequarem ao novo modelo educacional. Ademais, orientam os diversos educadores para uma prática pedagógica consciente das transformações ocorridas nos últimos anos e adequando-a a uma perspectiva mais humanista.

Desse modo, os educadores não só devem proporcionar ao aluno o contato com Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), bem como propiciar ao educando conhecimentos que o façam adquirir a capacidade de trabalhar em grupo, compreendendo e atuando na melhoria do seu meio acadêmico, por intermédio da vivência de outras situações didáticas, senão aquelas tradicionais. A metodologia empregada foi a revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos e artigos científicos acerca do tema proposto, disponibilizados e atualizados, principalmente, pelo Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB, utilizando de termos como “biblioteca escolar, pesquisa escolar, mediação da informação, bibliotecário escolar e educador” que passaram por uma análise crítica sobre os seus respectivos conteúdos.

Este trabalho será concluído enfatizando o valor desta instituição, que deve fazer parte do dia a dia do aluno, visualizando nele não apenas um profissional capaz de assumir seu papel no ambiente de trabalho, mas que, sobretudo, seja capaz de transformá-lo num futuro pesquisador. Continuando, desse modo, o ciclo evolutivo da educação como um todo.

2 A BIBLIOTECA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A Educação Brasileira, ao longo dos anos, passou por constantes mudanças, adaptando-se às transformações sociais e culturais, como a mudança de paradigmas e na

forma de como o aluno é visto e orientado a caminhos que o direcionam para um futuro melhor e mais consciente. Assim, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB e os documentos emitidos pelo Conselho Nacional da Educação e pelo MEC indicam claramente novos rumos para a educação, uma mudança de foco e transformações nos meios usados na intervenção pedagógica, tais transformações são garantidas pela lei 9.394/96 (LDB), parágrafo 5º do artigo 5º.

Em síntese, a educação escolar e os serviços por ela prestados, destacando a Biblioteca, necessitam entender as mudanças em curso e assumir seu papel, cada vez maior, no contexto social em que está inserida. Torna-se importante, desse modo, desenvolver diretrizes para orientar a maneira como os professores, tanto na educação inicial quanto na continuada, devem ser preparados para desenvolver a consciência sobre a importância da informação, além de capacitá-los sobre a integração e o uso de bibliotecas escolares e universitárias. Assim, poderiam desenvolver as habilidades e competências inerentes ao seu papel educacional diante das informações curriculares.

Vale a pena ressaltar e analisar, diante disso, o processo de ensino-aprendizagem, no qual a Biblioteca estará inserida, como mediadora, buscando uma prática direcionada e fundamentada, dando diretrizes para um melhor relacionamento da biblioteca com o meio acadêmico.

É possível evidenciar, ao longo dos anos, a inadequação dos serviços de informação no setor educacional do Brasil. Diante desse contexto, Silva (2003) demonstra tal argumentação quando descreve que a melhor palavra para definir essa instituição é “silêncio”. Conforme o mesmo autor “a biblioteca escolar no Brasil está praticamente morta, faltando apenas enterrá-la... silenciam as autoridades, ignoram-na os pesquisadores, calam-se os professores, omitem-se os bibliotecários”. (SILVA, 2003, p.13). Presencia-se essa realidade em diversas instituições, não representando significativamente a imagem real da Biblioteca como espaço para estudo e desenvolvimento acadêmico.

O próprio avanço social e tecnológico fez com que os profissionais da educação estivessem mais envolvidos e reflexivos sobre seus papéis como educadores, também considerando a real importância do profissional bibliotecário. A lei nº 12.244 de universalização da biblioteca, aprovada em 2010, mostra o quanto a temática de acesso à biblioteca vinha sendo discutida. A referida lei dispõe sobre a determinação da existência de uma biblioteca em cada escola, da rede privada ou pública, com mais de 150 alunos, com o prazo de cumprimento até maio de 2020 sob supervisão ou orientação de um profissional da

biblioteconomia.

Partindo da conjuntura educacional e do papel da Biblioteca nesse processo de ensino-aprendizagem, o uso da informação é essencial, pois liga o aluno ao mundo no qual ele atua, e a noção de informação traz consigo um caráter educativo. Assim, a biblioteca deve ser compreendida como um ator fundamental nos processos educacionais, cumprindo sua função social, que, de acordo com Perrotti (*apud* Obata, 1999, p.94), “a biblioteca e a escola são instituições participantes desse processo, mas o trânsito entre elas é praticamente inexistente”.

A biblioteca, como espaço mediador do ensino, tem hoje um valor cada vez mais importante dentro do contexto educacional. Para Silva (2003, p.67):

Ensino e biblioteca são instrumentos complementares...; ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto.

Para que a interatividade entre alunos e profissionais do ensino possa resultar positivamente no processo de ensino-aprendizagem, a biblioteca deve ser compreendida como um espaço plural de fontes informacionais, capaz de promover atividades formativas para o empoderamento no tocante à utilização ética e cidadã de tais fontes. No entanto, essa não é uma realidade constatada no Brasil, condição que é consequência de fatores políticos e sociais.

A falta de incentivo à leitura tornou diversas bibliotecas escolares como depósitos de livros ou salas de cópias para trabalhos acadêmicos, com acesso complicado e normas rígidas, sem a presença de um profissional bibliotecário responsável, não estando consciente do papel de mediação que ela pode exercer.

Sendo a proposta apresentada pelo CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia, em relação à importância da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem, observa-se que:

[...] o papel da biblioteca na escola bem como o fazer desta escola descrito na concepção de suas diretrizes, é fato que a natureza da função da biblioteca escolar é ser um espaço constituído para, uma vez assimilado pelo aluno, professor e demais entes que constituem os atores do ambiente escolar, possibilitar a interação com os processos de conhecimento de modo a contribuir para uma formação satisfatória do indivíduo, favorecendo o aprender a aprender, ou seja, corroborando para a aquisição da habilidade de aprender, saber obter, utilizar e gerar novas informações (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2008, p. 6-7).

A partir desse fato, observa-se que não são apenas problemas políticos, econômicos e sociais que contribuem para este quadro. Percebe-se, ainda, a necessidade da busca pelo

desenvolvimento de uma equipe pedagógica que direcione o aluno a conhecer a biblioteca, seja o bibliotecário ou outros agentes que façam parte da corrente educativa.

Tendo em vista essas ações, seria necessária uma parceria desses profissionais para que juntos desenvolvessem um trabalho em prol do processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, a fim de agregar valor a esse processo, o bibliotecário seria um elemento importante presente no trabalho educativo da escola, desde a elaboração do currículo escolar, até a concretização da aprendizagem, fazendo com que as atividades da biblioteca se constituíssem em parte ativa das disciplinas e que auxiliassem o aluno a desenvolver o senso de pesquisador e crítico.

Outra realidade apresentada por algumas instituições é o uso da biblioteca apenas de forma genérica, ou seja, não exercendo a verdadeira função inerente a esse setor acadêmico. Em muitas situações, os alunos são conduzidos à biblioteca, pelos professores ou coordenadores, somente na falta de atividade, como forma de punir mal comportamento ou nos horários vagos das disciplinas. Conseqüentemente, a falta de incentivo ao uso adequado da biblioteca e, sobretudo, da pesquisa bibliográfica, razões da existência da biblioteca podem apresentar um sentido distorcido dos serviços oferecidos. Os alunos, no entanto, acabam apresentando como resultado da pesquisa páginas de enciclopédias copiadas, por exemplo, sem conhecimento da pesquisa e considerando a responsabilidade sobre a confiabilidade bibliográfica para o professor.

Para Silva (2003, p. 31), é a formação desse professor que determinará “a sua opção por usar ou não a biblioteca escolar em sua ação docente”. Dessa forma, torna-se muito importante, para o bibliotecário, o apoio do professor, e disso depende todo o êxito do processo de ensino-aprendizagem. O docente é, portanto, quem pode atuar ativamente na aproximação do aluno com a biblioteca. Ainda para o mesmo autor “é tarefa de qualquer professor o incentivo à produção da leitura do aluno e também para sua frequência à biblioteca” (SILVA, 2003, p. 31). Para que isso aconteça, é fundamental que o professor seja parte integrante dos usuários da biblioteca, pois ajudará no seu desenvolvimento profissional diante das exigências que as diversas áreas de atuação impõem.

Levando em consideração a construção do conhecimento e o fato de que o aluno é também responsável pela sua aprendizagem, caberia ao professor incentivá-lo, propondo outras fontes para busca desse conhecimento, sendo o detentor e propagador do saber. É possível que, em muitas situações, equivocadamente, o professor não aja com a habilidade que se exige para orientar o aluno em relação à pesquisa ou o conhecimento é passado de

forma rígida e objetiva, não considerando os diversos aspectos presente na contextualização dos conteúdos das disciplinas.

Na fala de Milanesi (1995, p. 39), “a reforma do Ensino em 1971 decretou, oficialmente, a prática da pesquisa na escola. E como pesquisar supõe livros, a biblioteca passou a ser procurada pelos estudantes do primeiro e do segundo grau”. Dessa decisão, surgiu a prática de reproduções do saber do professor, por intermédio de cópias dos assuntos encontrados, passando o aluno a reproduzir o discurso do professor, sem o estímulo para o pensamento crítico e para a criação das atividades de pesquisa.

As transformações começaram a se propagar com a Lei de Ensino nº 5.692/71 que impôs ao professor um ritmo organizado, com um conteúdo pronto, de cima para baixo, visando uma geração preparada para trabalhar e se tornar mão de obra (de controle de máquinas). Com isso, surgiram as escolas técnicas, com programas determinados, não havendo necessidade de se aprofundar em diversos assuntos. Essa proposta limitava a reflexão sobre o repasse de conhecimento pelos professores aos alunos.

Para seguir o novo contexto, os docentes repassavam os conteúdos impostos pelos programas de disciplina. Essa condição pode ter resultado na falta da prática de pesquisa, distanciando a instituição da biblioteca, prejudicando o acesso à informação, tanto pelos professores, bem como para os alunos.

Ainda conforme Milanesi (1995, p. 45), “se a escola antes da pesquisa obrigatória fundamentava-se na oralidade pré-gutenberguiana, passou depois a ter o traço de um enciclopedismo mal copiado”. Assim, o aluno passou do ditado à transcrição de livros, sem que a biblioteca agisse ativamente e sendo inerte para a transformação desse cenário.

Com os novos rumos da educação e com a abertura política no Brasil, o professor resgatou sua liberdade na elaboração do conteúdo de sua aula. Desse modo, para garantir que a escola pudesse desenvolver um trabalho de ensino-aprendizagem eficaz, seria necessária a presença da biblioteca. Além disso, com profissionais capacitados para atuar diante das atividades acadêmicas e com professores comprometidos com a reflexão sobre o seu papel mediador, a biblioteca poderá se concretizar como um lugar adequado que agencia e dissemina o saber, promovendo atividades de intermediação nesse processo de conhecimento.

Esse processo é o que Demo (2015, p.2) chama de “educar pela pesquisa”. Para o autor, o profissional educador deve ser um pesquisador, ou seja, “maneje a pesquisa como princípio científico e educativo e a tenha como atitude cotidiana”. Assim:

[...] a urgência de promover o processo de pesquisa no aluno, que deixa de ser objeto de ensino, para tornar-se parceiro de trabalho. A relação precisa ser de sujeitos participativos, tornando-se o questionamento reconstrutivo como desafio comum (DEMO, 2015, p. 2).

Dessa forma, as teorias construtivistas ganham cada vez mais espaço no ensino, pois se baseiam nessa interação, mostrando consistência e eficácia nos resultados da aprendizagem. Essas teorias se referem ao aluno como o centro de seu próprio percurso em direção ao conhecimento, e seu desenvolvimento cognitivo se dá na relação e interação entre o sujeito e o ambiente, numa interação social.

Quando se pensa numa instituição educacional, acredita-se que ela só existe para trabalhar em favor de uma transformação de circunstâncias, proporcionando uma educação que conduza a um desenvolvimento sadio e integral do ser humano. Nesse campo, tem-se a consciência de que o trabalho pedagógico deve ser realizado de forma equilibrada e harmoniosa. É importante considerar o desenvolvimento de cada ser humano, entendendo que a rapidez das transformações sociais que acontecem interfere na formação dos valores das crianças e dos adolescentes. Por isso, é necessária uma reflexão sobre as práticas pedagógicas pelos profissionais da educação. Além disso, a procura por novos caminhos que deem oportunidade para a criatividade e a expressão também é um elemento importante para o reconhecimento da Biblioteca, conseqüentemente, a possibilidade de transformação da sociedade.

A pedagogia brasileira, atualmente, exige propostas que valorizem a capacidade de o aluno aprender a conhecer, a fazer, a viver e a ser, proporcionando ambientes adequados para esse desenvolvimento, utilizando-se de projetos engajados e que estimulem o aluno a construir passo a passo o seu conhecimento. Assim, é possível destacar que a educação passou de apenas informar para uma nova fase de estimular a transformação.

A construção do conhecimento, portanto, se dá de forma interativa através de relações interpessoais, numa troca constante, sendo elaborada durante as interações da pessoa com o mundo. A mediação da leitura é utilizada como processo para a formação do leitor que envolve mediador, leitor e produto. Assim, Rasteli (2013, p.16) destaca que:

A mediação da leitura coloca em evidência o papel de sujeito construtor do conhecimento. Conhecimento que se incorpore ao mundo intelectual e vivencial do leitor e que o ajude a compreender sua realidade humana e social, agindo e interferindo nela.

Pode-se dizer que, como processo de interação, realiza-se entre o leitor e o autor a mediação pelo texto, estando todos os elementos envolvidos e situados em um determinado

momento histórico-social. Seguindo esse pensamento, a escola é o espaço social onde essa interação pode acontecer e o seu papel, e de todos que nela estão envolvidos, é o de promover a reflexão da disseminação do conhecimento.

Enquanto Vigotsky, em 1991, cria o conceito de “zona de desenvolvimento proximal”, Fino (2001, p.10) considera como um espaço de interação entre o aprendiz e o tutor ou par mais apto, e sobre o modo como esse postulado esclarece, ou dá novo sentido e novo élan à ação do professor. Ressalta a importância da sua ação como fator potencial do desenvolvimento cognitivo do aluno, dando extrema relevância à relação entre desenvolvimento e aprendizado, relacionando o processo de desenvolvimento sobre o indivíduo e o ambiente sociocultural. Esse processo. Portanto, não se desenvolve plenamente sem a interferência transformadora de outros indivíduos.

Para ele, o desenvolvimento concebe o sujeito como um ser ativo, e a construção do seu pensamento se dá de acordo com o seu ambiente histórico e social. Admite, ainda, a influência da natureza sobre o homem, afirmando que este age sobre a natureza e sobre a sociedade, criando novas condições para sua existência.

Nessa ideia, o conhecimento é a matéria-prima da Educação e, sendo assim, o educador deve tornar-se um facilitador ou mediador da construção de um novo conhecimento para o seu aluno. Assim, é necessário um trabalho com uma concepção de conhecimento que identifica o educando como sujeito interativo, agindo de maneira em que as possibilidades de construção coletiva de conhecimentos apareçam no espaço da vivência, sendo que esse espaço pode ser tanto a sala de aula, como a biblioteca.

3 O BIBLIOTECÁRIO E A AÇÃO MEDIADORA

Com uma ação mediadora, o educador, o qual pode ser o bibliotecário ou mesmo um membro de sua equipe, orienta o processo pedagógico, favorecendo a interação entre os alunos, desenvolvendo assim as capacidades de investigação, observação e experimentação, fazendo com que eles realizem novas descobertas. A função mediadora, exercida pelo profissional atuante na biblioteca, é destacada como de forma essencial para o processo de ensino-aprendizagem, assim como descreve Rodrigues (2014, p.22):

O bibliotecário mediador é o profissional que se utiliza de instrumentos para manejar a informação de forma que a relação usuário/informação se já concretizada, proporcionando novos espaços formadores de peculiaridade capazes de objetivar o mundo e as relações que o envolve, de forma de que se transformem em ambientes críticos e transformadores de realidade.

Nesta ação, é importante que o educador busque se conscientizar de que a informação não deve ser passada de imediato, mas que seja realizado um trabalho no qual aja como o catalisador de um processo. Dessa forma, fazendo com que o educando se sinta aguçado em saber e descobrir as respostas e que deve, ainda, aprender para a vida, não apenas para responder aos questionamentos apresentados.

Sendo assim, a materialização da mediação, pelo bibliotecário, torna-se disponível no universo da leitura, quando se faz presente e de forma acolhedora, para os que buscam o conhecimento. Desse modo, tendo acesso aos recursos informacionais, podem desenvolver estratégias de ação leitora para a construção de seu próprio conhecimento e a utilização do letramento informacional, que nesse contexto, o conceito no cenário estudantil acadêmico deveria ter seu papel mais intimamente ligado à questão educacional. Entretanto, conforme destaca Campello, “apesar de calcado em pretensa parceria com os educadores, o conceito continua limitado à literatura de biblioteconomia e ciência da informação” (CAMPELLO, 2003, p.36).

Diante do que já foi discutido, torna-se evidente o papel educativo da biblioteca e, para exercer este papel, ela deve atuar de tal modo que atenda às necessidades informacionais da escola na qual estará inserida. Para isso, a biblioteca deve cumprir seus objetivos, pautados pela legislação específica, assim, para o mediador exercer com competência e cumprir as funções da biblioteca, é necessário que esta esteja incluída no projeto pedagógico da escola como fomentadora e participante na execução do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo com as normas escolares consoantes com seu projeto.

Portanto, segundo Almeida Júnior (2015), a mediação da informação:

[...] está presente em todas as ações do bibliotecário. Nas relações que exigem e pedem a presença do usuário, fisicamente ou não, estamos no âmbito da Mediação Explícita. Já nas ações em que essa presença não é obrigatória, como nos fazeres relativos ao armazenamento e organização, estamos no âmbito da Mediação Implícita.

Como proposta mediadora, faz-se referência a um trabalho de facilitadora do conhecimento feito pela equipe da biblioteca, com o professor e os alunos, tendo como finalidade facilitar a aprendizagem do aluno e dinamizar o trabalho do professor. Dessa

forma, de acordo com Moraes (2015, p.4), a “mediação não se trata nem de conceito novo, nem de uma prática nova. A primeira forma de mediação do homem consigo mesmo e com o mundo foi realizada por meio da interação face a face”. Portanto, a língua e o espaço social foram os primeiros mediadores. Essa prática, segundo a autora, pode ser usada em qualquer situação de convívio humano por meio de técnicas específicas. Entende-se por mediação o trabalho metodológico de intercessão e intervenção e letramento informacional, aplicado por uma terceira pessoa, especialmente treinada, tendo como objetivo estabelecer comunicação entre elas.

Em contrapartida, a comunidade bibliotecária tem destacado a importância da biblioteca na formação dos sujeitos. O Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB lançou em 2008 o “Projeto mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público”. Tal publicação é direcionada à sociedade como um todo, com o objetivo de desencadear ações que levem à criação de bibliotecas nas escolas, que possam influenciar a formação de cidadãos críticos. Direciona-se ainda aos bibliotecários, que deverão garantir um serviço de forma universal e que possibilite acesso à informação pela população em fase escolar. Neste aspecto, o bibliotecário faz também o papel de mediador, conduzindo o aluno a uma análise crítica, culminando numa produção intelectual, artística ou política. Entende-se, desse modo, que a informação sozinha não desenvolve as capacidades do sujeito e não produz conhecimento, faz-se necessário, portanto, o auxílio do mediador.

Nessa mediação, a biblioteca seria um espaço de troca de informações e conhecimentos onde o usuário, antes desinteressado e ausente, encontra um lugar no qual pode conversar e trocar experiências, num constante aprendizado que contribui para a sua formação intelectual e social. "A biblioteca é um esforço de crescimento coletivo, é a ação que leva a repensar a informação. A biblioteca só atinge plenamente a sua função quando, além de propiciar a leitura, garante a seu público o ato de dizer e escrever" (MILANESI, 1995, p. 89).

Ademais, numa biblioteca onde o papel de mediação e letramento é realizado, o usuário, dela usufruindo, deve ser capaz de produzir e exercer sua própria expressão, sendo não somente um receptor da informação, mas também um produtor do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, destaca-se o imprescindível papel da biblioteca na

construção do conhecimento e a mediação e letramento que possui no relacionamento do educando e do discente. Talvez, por não ser devidamente difundida, esta instituição, de relevante função social e educativa, tenha perdido a visibilidade da sua relevância. Porém, na medida em que se desdobraram as bibliografias encontradas sobre o assunto, constatou-se a importância da existência da biblioteca, contribuindo, ainda que de forma sucinta no processo de ensino-aprendizagem, e que, atualmente, busca-se sua participação mais ativa e transformadora com o auxílio das TICs.

Desse modo, a biblioteca, mais do que nunca, tornou-se parte dinamizadora de toda ação educacional e, uma vez inserida no processo de ensino-aprendizagem, auxilia diretamente na construção do conhecimento pelo aluno, que deverá desenvolver aptidões como a investigação, a crítica, a comunicação e a criatividade, que estão totalmente integradas na bagagem do conhecimento. Para os alunos, a biblioteca possibilita o acesso a informações e o incentivo à leitura, bem como a uma postura adequada de pesquisa, incentivando-os na busca da construção do seu conhecimento e na sua integração junto à sociedade como cidadão.

Percebe-se que esta realidade está inserida nas instituições de ensino, principalmente, nas escolas da rede particular, que conseguiram atingir a determinação da lei de universalização das bibliotecas. Por conseguinte, torna-se possível dinamizar e instruir o acesso ao conhecimento. O bibliotecário, por sua vez, está se aprimorando para poder oferecer um serviço de qualidade às escolas, visando formar o aluno em um futuro pesquisador ou um futuro profissional preparado para lidar com a disseminação da informação.

Desta maneira, a biblioteca torna-se imprescindível no atual contexto tecnológico e educacional, pois se torna evidente, diante da relevância e rapidez da informação, que novas diretrizes devem ser cumpridas e que possam garantir eficiência no acesso à informação. Para que isso se torne permanente, é necessário que ela, como instituição, ocupe seu espaço dentro da escola, interagindo em todos os níveis e atualizando seus serviços no caminho da mediação da aprendizagem e letramento do aluno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. IN: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos Santos; SILVA, Rovilson José da. (org). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2019**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/situacao-do-aluno>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN**. Brasília, 2000. Disponível em: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

BRASIL. Planalto. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. **Universalização das Bibliotecas nas Instituições de Ensino do País**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Planalto. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus**. Brasília, DF, 1971.

BRASIL. Planalto. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

CAMPELLO, Bernadete dos Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.2, n.3, p.28-37. set./dez. 2003.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Programa mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília: Sistema CFB/CRBs, 2008. Disponível em: <https://www.crb10.org.br/nnotinte.htm>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2015 (Coleção Educação Contemporânea).

FINO, Carlos Nogueira. Vygotsky e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP): três implicações pedagógicas. **Revista Portuguesa de educação**, v. 14, p. 273-291, 2001.

FREIRE, Paulo. O pensamento pedagógico da escola nova. In: Paulo Freire. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2008.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1995 (Coleção Primeiros Passos, n. 94)

MORAES, Marielle Barros de. O conceito e a prática da mediação: reflexões acerca da formação e da atuação do bibliotecário. **Anais... Encontro de Pesquisa em Informação e**

Mediação, 2, Marília, Unesp, 2015.

OBATA, Regina Keiko. Biblioteca interativa: construção de novas relações entre Biblioteca e Educação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-103, 1999

RASTELI, Alessandro. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013, 168f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, UNESP, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Karen Machado. **Bibliotecários autônomos: novas práticas de mediação para o acesso à informação e à leitura**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003 (Questões da Nossa época, 45).

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Organização [de] Michael Cole [et al]; tradução José Cipolla Neto. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Recebido/ Received: 12/07/2020

Aceito/ Accepted: 10/12/2020

Publicado/ Published: 18/01/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

**BIBLIOTECAS PARQUE DE MEDELLÍN:
A BIBLIOTECA PÚBLICA SE REINVENTA**

PARQUE DE MEDELLÍN LIBRARIES: THE PUBLIC LIBRARY REINVENTS ITSELF

Marcos Leandro Freitas Hübner

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes (USP). Mestre em Educação pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Professor do Departamento de Ciências da Informação – Biblioteconomia, da Universidade Federal de Rondônia (UFRO). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4467-2752>. E-mail: marcos.hubner@unir.br

Jussara Santos Pimenta

Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Universidade de Lisboa. Docente do Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (PPGE-UNIR). Líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Educação, História e Memória (MNEMOS). Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5283-2509> E-mail: jussara.pimenta@unir.br

RESUMO

O texto propõe uma apresentação da experiência colombiana com a implantação de bibliotecas parque que, atualmente, são concebidas como bibliotecas públicas em transformação. Ao se abordar essa temática, é importante enfatizar que a instituição biblioteca sempre esteve em constante processo de mudança, sustentado em quatro pilares principais: a laicização, a democratização, a especialização e a socialização. A biblioteca também possui participação no processo de apropriação cultural pois, conforme demonstram enquetes de consumo cultural, dela resultam práticas culturais cotidianas e seu perfil é redesenhado a partir das mudanças que estão ocorrendo nos modos de ler. A experiência de Medellín aponta que o formato dessas bibliotecas é passível de ser replicada com as devidas adaptações à realidade sociocultural de cada comunidade. Em um país como o Brasil, no qual a democratização ao

acesso à informação, à cultura e à educação ainda carece de universalização, o modelo colombiano é uma válida experiência de inspiração

Palavras-chave: Bibliotecas Parque. Bibliotecas – Colômbia. Biblioteca Pública. Acesso à Informação.

ABSTRACT

The text proposes a presentation of the Colombian experience with the implantation of park libraries that, currently, are conceived as public libraries in transformation. When addressing this theme, it is important to emphasize that the library institution has always been in a constant process of change, supported by four main pillars: secularization, democratization, specialization and socialization. The library also participates in the cultural appropriation process because, as shown in cultural consumption surveys, daily cultural practices result from it and its profile is redesigned based on the changes that are occurring in the ways of

reading. Medellín's experience points out that the format of these libraries can be replicated with the appropriate adaptations to the socio-cultural reality of each community. In a country like Brazil, where democratization of access to information,

culture and education still lacks universalization, the Colombian model is a valid inspirational experience.

Keywords: Park libraries. Libraries - Colombia. Public Library. Access to information.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca pública surgiu no início do século XIX, por meio de um movimento liderado pelos ingleses Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade. Entretanto, apesar de mais de duzentos anos de história, esta instituição, nas últimas décadas, vem sendo inquerida. Muitos dos questionamentos dizem respeito à sua eficiência quanto à promoção do acesso à informação útil aos cidadãos. No Brasil, as bibliotecas públicas, que tiveram o início de sua história em 1811, na Bahia, também se inserem nesse movimento de dúvidas. Em nosso país, porém, a análise e o enfrentamento de tais questionamentos merecem maior destaque, pois as bibliotecas públicas são o instrumento cultural mais presente nos municípios brasileiros. Há mais bibliotecas públicas no Brasil do que museus, cinemas, teatros ou centros culturais, conforme dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), em levantamento realizado no ano de 2015.

O presente texto propõe uma apresentação da experiência colombiana com a implantação de bibliotecas parque que, atualmente, são concebidas como bibliotecas públicas em transformação. Ao se abordar essa temática, é importante enfatizar que a instituição biblioteca, no transcorrer do tempo histórico, sempre esteve em constante processo de mudança, sustentada em quatro pilares principais, conforme Martins (1998, p. 323): a laicização, a democratização, a especialização e a socialização. Além disso, salienta-se que as bibliotecas sempre estiveram ligadas à preservação do conhecimento e à “disseminação do passado e, portanto, da identidade de um povo” (CASTRO, 2006, p.1). Reforçando esta ideia, Rey (2018) informa que a biblioteca relaciona-se à conservação e à circulação de conhecimento, além da instrução e da reprodução simbólica. Ainda conforme Rey (2018), a biblioteca também possui participação no processo de apropriação cultural, pois, conforme demonstram enquetes de consumo cultural, dela resultam práticas culturais

cotidianas e seu perfil é redesenhado a partir das mudanças que estão ocorrendo nos modos de ler.

Ao se analisar as *bibliotecas parque*, é necessário realizar uma breve revisão histórica do conceito de biblioteca pública nos últimos 60 anos, o qual acompanhou os movimentos de desenvolvimento e transformação desta instituição intrinsecamente associada ao processo de democratização do acesso à informação e cultura. Na busca da compreensão da evolução conceitual, destacam-se algumas definições aceitas ao longo do tempo:

- UNESCO, 1949: As bibliotecas públicas são um dos meios mais eficazes de adquirir, organizar e disponibilizar publicações informativas e educacionais para todos.
- Conferência sobre o Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas Públicas na América Latina, 1951: A biblioteca pública é uma agência de educação fundamental e complementar da escola, é também uma agência social e cívica.
- André Maurois, 1963: A moderna biblioteca pública é uma instituição ativa e dinâmica que disponibiliza aos membros da comunidade vários meios de se informar, completar sua cultura e se distrair.
- UNESCO, 1972: A biblioteca pública é uma instituição democrática de ensino, cultura e informação. É o principal meio de dar ao mundo inteiro livre acesso à soma dos pensamentos e ideias do homem e às expressões de sua imaginação criativa. É uma força viva ao serviço da educação, cultura e informação, como um instrumento indispensável para a promoção da paz e da compreensão entre os povos e as nações.
- Encontro Regional sobre o Estado Atual e Estratégias para o Desenvolvimento de Bibliotecas Públicas na América Latina, 1982: A biblioteca pública é um fator de desenvolvimento e instrumento de mudança social na América Latina, que visa responder ao seu processo histórico, suas aspirações e esforços de integração regional.
- Emir Suaiden, 1989: A biblioteca pública é uma instituição social cujo objetivo principal é promover a educação ao longo da vida, promover a mudança social e a participação do cidadão, disponibilizando a todos os materiais bibliográficos e não bibliográficos apropriados para atender suas necessidades educacionais e seus interesses de informação e recreação.

- UNESCO, 1994: A biblioteca pública é um centro de informações que fornece aos usuários todos os tipos de dados e conhecimento. Fornece serviços com base no acesso igual para todas as pessoas, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, idioma ou status social.
- IFLA, 1999: A biblioteca pública é uma organização criada, apoiada e financiada pela comunidade, seja através de uma autoridade ou órgão local, regional ou nacional, ou através de qualquer outra forma de organização coletiva.
- Orlanda Jaramillo, 2006: A Biblioteca Pública é uma instituição de caráter social e cultural, financiada e regulamentada pelo Estado, cujo objetivo é permitir acesso livre e gratuito às informações registradas em diferentes mídias documentais, que atendam a determinados critérios de seleção e aquisição, para a satisfação das necessidades educacionais, informacionais, culturais e de uso de lazer. Busca, com isso, contribuir para a melhoria da qualidade de todas as pessoas que fazem parte de uma comunidade (município, vila ou bairro), e possibilita a construção e articulação de relações democráticas, por meio de serviços e programas gratuitos coordenados por bibliotecários profissionais.
- Aline Silva, 2012. As bibliotecas públicas estão nesse momento passando, mundialmente, por grandes transformações para atender a um novo conceito, que é contribuir para enriquecer a vida do usuário. Elas assumem um papel fundamental na formação do cidadão, com espaços modernos, dinâmicos, para contribuir com o desenvolvimento e a criação de uma sociedade igualitária, democrática e aberta a novas informações.

A partir dos três Manifestos da UNESCO (1949, 1972 e 1994), é possível perceber a transformação do conceito de biblioteca pública. No primeiro, é destacado unicamente o seu papel educacional, em estreita relação com o seu objetivo inicial. No segundo, por sua vez, já há o reconhecimento da biblioteca pública enquanto uma instituição democrática para o ensino, a cultura e a informação. Por fim, no terceiro e último, manifesta, até então, uma expansão do conceito, pois a biblioteca passa a ser considerada um centro de informação.

2 BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE CIRCULAÇÃO DE SABERES

Atualmente, com os avanços tecnológicos e com a nova era da informação, mudanças foram e são necessárias, nessas instituições culturais, visando à adaptação à contemporaneidade. A inovação tornou-se um elemento essencial para a sua continuidade e modernização. Nesse contexto, as bibliotecas parque de Medellín (Colômbia) merecem destaque, uma vez que simbolizam essa inovação, representando um novo conceito da biblioteca pública moderna. Criadas há 11 anos, elas proporcionaram uma significativa mudança no papel da biblioteca pública, provocando inquietações e inspirações na área cultural. Além disso, encorajaram reflexões na busca por soluções estratégicas para a gestão pública das bibliotecas a partir das boas práticas por elas implementadas.

No início dos anos 2000, a cidade Medellín enfrentava graves problemas em relação à violência urbana, bem como um preocupante patamar de desigualdade social. Desta forma, a prefeitura de Medellín, ao elaborar o seu Plano de Desenvolvimento 2004-2007, desenvolveu o “Plano Diretor de Serviços de Bibliotecas Públicas de Medellín” (SBPM), que seria formado por um conjunto de bibliotecas públicas da cidade e outras entidades de informação, operando em rede “como um centro de desenvolvimento global e cultural como estratégia na busca de Medellín como a cidade intercultural e inclusive” (MEDELLÍN, 2008, p. 65).

Esse plano possuía como projeto estratégico: a criação das “bibliotecas parque”, que visavam dotar a cidade com espaços públicos de qualidade providos de funções culturais, recreativas, educativas, de treinamento, além de dar suporte às comunidades carentes da cidade. Conforme definição da Prefeitura de Medellín (2008, p.65), o Sistema de Bibliotecas Públicas de Medellín (SBPM) é: “Um conjunto de bibliotecas públicas da cidade e outras entidades de informação, rede organizada para operar como um centro de desenvolvimento global e cultural como estratégia na busca de Medellín como a cidade intercultural e inclusiva”.

Atualmente, o sistema é composto por 35 unidades de informação, em sua maioria, formado por bibliotecas públicas. Os principais objetivos do Plano Municipal de Bibliotecas Parque e que ainda estão em vigor são: contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, criando condições para o desenvolvimento urbano; promover a convivência cívica, além de melhorar o acesso à informação e educação dos cidadãos. Para atingir esses objetivos, a estratégia do referido plano municipal foi a intervenção do poder público em diferentes áreas periféricas da cidade, amparado em três eixos fundamentais: educacional, cultural e social. Essa intervenção propiciou uma revitalização urbana dessas áreas, com o

envolvimento e participação das comunidades assistidas, ajudando a fortalecer a convivência e a sensação de identidade e pertencimento por essa comunidade.

Dentre os diversos serviços oferecidos, que vão muito além do empréstimo de obras, destacam-se: gestão de informação, formação de usuários, promoção de leitura e escrita, serviços de acesso, apropriação e geração de conhecimentos de novas tecnologias, serviços de extensão de biblioteca, atividades de extensão cultural e agências de práticas sociais. Há, também, diferentes programas mantidos pelas bibliotecas parque, sendo eles: - Mesas de trabalho: órgão de ligação permanente entre as comunidades e o Estado, monitorando os programas em desenvolvimento, bem como, coletando as demandas da comunidade; - Sala meu bairro: cumprem a função de promover e recuperar a memória local e estimular a participação da comunidade em obras culturais específicas; - Avós Contadores de histórias: grupo de voluntários, em sua maioria, formado por idosos, que realizam a contação de histórias. Eles se destacam como um grupo de apoio estratégico às atividades socioculturais das bibliotecas; - Extensão da biblioteca: consiste em levar os serviços de empréstimo de materiais a usuários de lugares distantes da biblioteca, com dificuldades de deslocamento, por meio das “Caixas Viajantes” e “Tapetes Viajantes”; - Arquivo fotográfico: Realizam a digitalização de fotos para comunidade, visando a sua preservação; - Seminário sobre Literatura Infantil: seminários com a presença de especialistas nacionais e organizações internacionais e a participação de educadores, promotores de leitura, bibliotecários e estudantes de pedagogia; - Sala de aula aberta: organizado em parceria com a universidade local, busca a interação entre a comunidade universitária e o público em geral por meio de realização de atividades de extensão; - Quinta da Ciência: em conjunto com instituição de ensino, procura aproximar de maneira simples a ciência para crianças e jovens; - HiperBairros: atividade realizada com jovens que frequentam a biblioteca e que, por meio do uso das TICs, desenvolvem práticas visando a recuperação e preservação da memória coletiva dos bairros, conforme pode ser ilustrado na Figura 1, que mostra o espaço interno da Biblioteca Parque Belén.

Figura 1 – Detalhe do interior da Biblioteca Parque Belén



Fonte: Arquivo pessoal.

Ressalta-se que a escolha dos locais para a instalação das bibliotecas parque ocorreu, conforme González e Carrizosa (2011), por meio da localização das áreas com as mais baixas taxas de desenvolvimento humano ou populações em situação de vulnerabilidade social, além de sua proximidade com os sistemas de transporte público, visando uma melhor cobertura de serviços em todo o território. Dessa forma, essas bibliotecas foram concebidas idealizando a criação de espaços de vivência, de confraternização entre os moradores das comunidades próximas, até então, reclusos devido à violência presente em sua rotina.

As instalações físicas das bibliotecas parque, em Medellín, colaboraram para o seu sucesso. Em todos os casos, elas passaram a ser os espaços mais bonitos e imponentes dos bairros, verdadeiras obras arquitetônicas. Como exemplo, destaca-se a Biblioteca Parque España, conforme Figura 2, que em sua forma grandiosa, localizada em um dos pontos mais altos de Medellín, possibilita a vista de todos os locais da cidade. Conforme Rey (2018), essas bibliotecas não foram desenhadas simplesmente para ser um local de acesso e leitura de livros, mas como uma contribuição, carregada de beleza e imponência, ao processo de mudanças que estava ocorrendo nesses bairros. Ainda conforme Rey (2018), a beleza estética

representa um ganho dos cidadãos, um estímulo de pedagogia social e um poderoso símbolo de inclusão e pertencimento.

Figura 2 – Biblioteca Parque España



Fonte: Carlos Vidal A.

Com a construção destes espaços, o poder público objetivou melhorar a qualidade de vida dos seus cidadãos, almejando reestabelecer o equilíbrio social e territorial de seus bairros (PEÑA GALLEGO, 2001). Dessa forma, conforme Rey (2018), as bibliotecas parque em Medellín propiciaram às bibliotecas a atuarem ativamente na vida urbana, fazendo parte dos planos de desenvolvimento, além de possibilitarem a restauração da esperança em espaços urbanos, castigados pela pobreza, pelas desigualdades e pela violência expressa de diferentes formas. Conforme Almeida (2014), no que tange ao desenvolvimento urbano, as bibliotecas parque passaram a desempenhar um papel de protagonismo na recuperação do tecido urbano e no fortalecimento do capital social. Indo ao encontro dessa observação, Peña Gallego (2011) destaca o fato de que as bibliotecas públicas, em especial as bibliotecas parque de Medellín, se tornaram as propulsoras de uma mudança social e urbana para a cidade e sua população.

O Quadro 1 apresenta dados sobre as cinco primeiras bibliotecas parque implantadas em Medellín, no qual é possível observar o baixo IDH e a elevada densidade demográfica.

Quadro 1- Localização das 5 bibliotecas parque iniciais

Parque da biblioteca	Comuna	Habitantes	Densidade hab./hect.	IDH	Fluxo diário**
Espanha	Popular (1)	1,268,877	349	0,767	1.250
Leão de Greiff	Vila Bonita (8)	134,235	184	0,753	1.058
Tomás Carrasquilla	Robledo (7)	163,558	170	0,790	1.320
San Javier	San Javier (13)	133.918	192	0,848	1.110
Belén	Belén (16)	193.343	180	0,804	S. N.

Fonte: Adaptado de Peña Galego (2011). ** Catedra Medellin Barcelona (2011)

Antes mesmo da entrega da obra para comunidade, iniciaram-se campanhas de conscientização da população local sobre os projetos que estavam sendo concretizados, por meio da realização de eventos, nos quais toda a comunidade era convidada a conhecer e inclusive a participar, com sugestões no projeto, de acordo com Cátedra Medellin Barcelona (2011). Inclusive a contratação da equipe técnica, durante e após as obras de instalação, deu prioridade para as pessoas dos bairros atendidos pelas bibliotecas. Além disso, o projeto foi amplamente divulgado para a comunidade empresarial, bem como para embaixadas e representações diplomáticas na Colômbia, visando viabilizar a sustentabilidade econômica e funcional do projeto.

A sustentabilidade das bibliotecas é algo muito presente nas mesmas, contando com a participação da comunidade (REY, 2018). Há, até hoje, o estabelecimento de mesas de trabalho e de socialização, nas quais os moradores dos bairros envolvidos participam, além de atuarem como supervisores dos serviços e, em geral, do funcionamento das bibliotecas. Destaca-se a parceria firmada com dois grandes fundos de compensação familiar - Comfama e Comfenalco - os quais colaboram decisivamente para o funcionamento das bibliotecas parque. Dados apresentados por Peña Gallego (2011) destacam que somente 40 % das despesas são arcadas pelo poder público.

A prefeitura de Medellín trabalhou de maneira coesa, unificando todos os seus setores em prol de uma política que visasse gerar oportunidades de paz, baseadas na segurança e na educação. Conforme Cátedra Medellín Barcelona (2011), uma política permanente, incluída em seu plano diretor, colabora significativamente para o sucesso do

programa das bibliotecas parque. A Prefeitura estabeleceu parceria com órgãos públicos de outras esferas, assim como com a iniciativa privada, buscando a sustentabilidade do programa. Para Almeida (2014), houve, nesses espaços, a integração das políticas culturais com outras políticas setoriais, possibilitando, desta forma, a plenitude na integração da cultura e dos conhecimentos locais com as formas consagradas de conhecimento cultural. Conforme Rey (2018), essas unidades informacionais são muito mais que um lugar que dialoga com a educação, pois são locais de convergência da informação, das novas tecnologias com as artes, com a cultura e o conhecimento.

3 A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

O Brasil, mais especificamente o estado do Rio de Janeiro, também vivenciou a implantação de bibliotecas parque, porém com diferenças quanto ao custeio em relação ao modelo colombiano. O governo do Estado do Rio de Janeiro, visando complementar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), junto às comunidades carentes, construiu bibliotecas parque por meio do Programa Mais Cultura e do Plano Nacional de Livro e Leitura do Ministério da Cultura, inspiradas nas bibliotecas parque da Colômbia (SILVA, 2016).

Foram cinco as bibliotecas parque instaladas no Rio de Janeiro: Biblioteca Parque de Manguinhos, Biblioteca Parque da Rocinha, Biblioteca Parque Estadual, Biblioteca Parque do Niterói, Biblioteca Parque do Alemão. A escolha do local para implantação das bibliotecas obedeceu aos baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o índice de violência, critérios estabelecidos pelo Programa Mais Cultura (BRASIL, 2014).

Ao contrário do modelo colombiano que serviu de inspiração, o modelo carioca não tratou a questão sustentabilidade entre as suas prioridades, ocasionando o fechamento das quatro unidades em 2016, em meio a grave crise financeira enfrentada pelo Estado, conforme Lisboa (2016). Na experiência brasileira, o custeio das bibliotecas parque ficou totalmente sob responsabilidade do poder público. Na Colômbia, houve parcerias público-privadas que ficaram encarregadas na manutenção das instituições. A partir de fevereiro de 2018, quatro bibliotecas parque cariocas começaram a ser reabertas. A quinta biblioteca - Biblioteca Parque do Niterói - passou para a administração municipal em 2017, conforme Lisboa (2018). A situação das bibliotecas parque do Rio de Janeiro demonstra a necessidade de

haver um plano solidificado por parte do poder público em relação à política cultural. Ademais, a necessidade de envolver setores da sociedade, em iniciativas dessa característica, proporcionando a sustentabilidade do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a definição de Rey (2018, p. 119), sobre a biblioteca, o qual conseguiu sintetizar de maneira peculiar o seu papel relevante: “As bibliotecas são uma das dobradiças simbólicas que unem a cidade e os cidadãos, seu presente e os significados de futuro”. Boas iniciativas, como as da cidade de Medellín, são passíveis de serem replicadas com as devidas adaptações à realidade sociocultural de cada comunidade. Em um país como o Brasil, no qual a democratização ao acesso à informação, à cultura e à educação ainda carece de universalização, o modelo colombiano é uma válida experiência de inspiração.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Políticas culturais & ciência da informação: diálogos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 2, maio 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1410>. Acesso em: 30 nov. 2018.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.16, n.4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257/970>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Pac2. Disponível em: <http://www.pac.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CASTRO, Cesar Augusto. Biblioteca como lugar de memória e eco de conhecimento: um olhar sobre O Nome da Rosa. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, p. 01-20, 2006. Disponível em: http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/viewFile/362/240. Acesso em: 26 nov. 2018

CÁTEDRA MEDELLÍN-BARCELONA. **Boas Práticas: Parques de Bibliotecas**. Aprendendo com a Colômbia.Cultura e educação para a convivência e a paz. 2011. Fundação Kreanta, Cátedra Medellín-Barcelona. Disponível em: <http://catedramedellinbarcelona.org/archivos/pdf/34-BuenasPracticas-ParquesBiblioteca.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

GONZÁLEZ, M. e CARRIZOSA, C. Entre o planejamento urbano, a apropriação do espaço

e a participação cidadã. Os pacto cidadãos e o Parque de Bibliotecas Espanha de Santo Domingo Savio. **Political Studies**, n. 39, 2011. Disponível em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/estudiospoliticos/article/download/11758/10689>. Acesso em: 18 nov. 2018.

IFLA/UNESCO. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>. Acesso em: 27 nov. 2018.

IFLA/UNESCO. **Diretrizes para o desenvolvimento do serviço de biblioteca pública**. Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Bibliotecas, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. 2001. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124654e.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

JARAMILLO, Orlanda. Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de la biblioteca pública. **Rev. Interam. Bibliot**, Medellín, v. 29, n. 1, p. 31-62, June 2006. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-09762006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2018.

LISBOA, Vinícius. Bibliotecas Parque fecham no Rio; secretaria promete retorno rápido. **Agência Brasil**, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-12/bibliotecas-parque-fecham-no-rio-secretaria-promete-retorno-rapido>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MAUROIS, André. **Dickens**. [S.l]: Dominus, 1963

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MEDELLÍN. **Plan de desarrollo de Medellín, compromiso de toda la ciudadanía 2004–2007**. Medellín: [s. n.], 2004.

MEDELLÍN. **Lineamientos político culturales para formulación del Plan de desarrollo cultural de Medellín 2009–2020**. Medellín: [s. n.], 2008.

MEDELLÍN; Fundación Viztaz. **Medellín, el mapa de los libros**. Medellín: [s. n.], 2008.

MEDELLÍN. **Medellín** imparable, ejemplo de transparencia y buena gestión en el manejo de los recursos financieros. Medellín: [s. n.], 2009.

MEDELLÍN. **Medellín** transformación de una ciudad. Banco Interamericano de Desarrollo. Medellín: [s. n.], 2009.

MEDELLÍN. **Plan de desarrollo: Medellín solidaria y competitiva (2008–2011)**. Gaceta oficial. Medellín: [s. n.], 2008.

PEÑA GALLEGOS, Luz Estela. Las bibliotecas públicas de Medellín como motor de cambio social y urbano de la ciudad. **BiD: textos universitarios de biblioteconomía i documentació**, n. 27, 2011. Disponível em: <http://bid.ub.edu/27/pena2.htm>. Acesso em: 18 nov. 2018.

REY, German. Mutações simbólicas, redesenhos culturais e educação: a biblioteca, o museu

e o laboratório. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 24, jun./dez. 2018, p. 115-129.
Disponível em: http://portal-assets.icnetworks.org/uploads/attachment/file/99812/OBS24_BOOK_ISSUU_20junho_ok.pdf. Acesso em: 23 ago. 2018.

SILVA, Aline Gonçalves da. Biblioteca Parque no Rio de Janeiro: breve histórico. **Ponto de Acesso**, v.10, n.1, p.32-45, abr. 2016. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/13012/11059>. Acesso em: 24 nov. 2018.

Recebido/ Received: 28/07/2020

Aceito/ Accepted: 22/12/2020

Publicado/ Published: 18/01/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

AS TIPOLOGIAS DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PEDAGÓGICA NO ERECIN 2018

TYOLOGIES OF MEDIA INFORMATION AND EDUCATION IN ERECIN 2018

Shirley dos Santos Ferreira

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGCI/UFS). Coordenadora de Publicidade, Relacionamentos, Convênios e Extensão do Grupo de pesquisa em leitura, escrita e narrativa (PLENA). Professora voluntária do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (DCI/UFS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5359-5667>. E-mail: shirleybiblio@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como proposta discutir a presença de duas tipologias de mediação, a da informação e da pedagógica em um evento científico na área de Ciência da Informação. O trabalho propõe demonstrar que é possível encontrar estes dois tipos de mediações em um único evento, manifestando a importância desse tipo de atividade científica. O evento escolhido para a observação participante descrita nesse artigo foi o 2º Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação (ERECIN), realizado no período de 11 a 15 de junho de 2018, na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Como metodologia utiliza-se da pesquisa bibliográfica e observação participante. Baseando-se em autores que se dedicam a temática da mediação como Oswaldo Francisco Almeida Júnior, Armando Malheiro da Silva, Marcos T. Masetto, entre outros. Traz como resultados a verificação da concomitância das duas tipologias de mediação analisadas no evento observado, demonstrando a importância de aderir a essa prática científica e participar. Demonstra que por meio das mediações é possível realizar a apropriação da

informação, a obtenção de novos conhecimentos, a atualização e o estabelecimento do “colégio invisível”.

Palavras-chave: Mediação da Informação. Mediação Pedagógica. ERECIN. Eventos Científicos.

ABSTRACT

This article aims to discuss the presence of two types of mediation, the information and pedagogical ones in a scientific event in the Information Science area. The work proposes to demonstrate that it is possible to find these two types of mediations in a single event, showing the importance of this type of scientific activity. The event chosen for the participant observation described in this article was the 2nd Regional Meeting on Education in Information Science (ERECIN), held from June 11th to 15th, 2018, at the Federal University of Sergipe (UFS). The methodology uses bibliographic research and participant observation, basing itself on authors dedicated to the topic of mediation, such as Oswaldo Francisco Almeida Júnior, Armando Malheiro da Silva, Marcos T. Masetto, among others. It results in the verification of the

concomitance of the two types of mediation analyzed in the observed event, demonstrating the importance of adhering to this scientific practice and participating. It demonstrates that through mediations it is possible to carry out the appropriation of information, the obtaining of new

knowledge, the update and establishment of the “invisible college”.

Keywords: Informational Mediation. Pedagogical Mediation. ERECIN. Scientific Events.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta discutir a mediação, em suas tipologias de informação e pedagógica, no âmbito de um evento científico presencial, configurando o ambiente que a literatura identifica como “colégio invisível”. Em nossa observação de campo, discorremos em que momento ocorrem essas mediações dentro do evento científico observado, intitulado 2º Encontro Regional de Educação em Ciência da Informação (ERECIN, 2018). Esse evento acadêmico-científico é típico da área da Ciência da Informação, embora possua temas interdisciplinares, sendo voltado para a prática docente na área. Segundo informação da organização:

O ERECIN é um evento regional apoiado pela Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), cujo objetivo principal é o de oportunizar um espaço para a troca de experiências, aprendizagens e fortalecimento dos vários cursos que compõem a área de Ciência da Informação no âmbito da pós-graduação, tais como Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e Museologia. Nesses encontros é propiciado aos professores e pesquisadores que atuam nesse âmbito, participarem de discussões fundamentais que sustentem o estabelecimento de políticas e diretrizes educacionais no intuito de propiciar a melhoria contínua da formação universitária brasileira na referida área (ERECIN, 2018).

Observando a definição, percebemos claramente que, dentro dele, foi possível encontrarmos as duas mediações que o artigo se propõe a trabalhar. Entender na prática e por meio de observação participante de como foi se dando as mediações, as formas que se chegava ao objetivo final das mediações, ou seja, a apropriação da informação e do conhecimento.

Para atingir o objetivo proposto pelo artigo, utilizamos como métodos e metodologias a pesquisa bibliográfica e a observação participante.

O artigo utilizou-se de importantes teóricos da Ciência da Informação e áreas afins para a construção do artigo em questão. Na estrutura do texto criou-se um subitem para que

discorrêssemos sobre o espaço de observação, ou seja, o evento escolhido, o ERECIN, demonstrando sobre o que é e suas principais características, público-alvo, um pouco da história do evento para que assim ficasse mais claro o porquê da escolha do evento para abordar sobre o tema.

Os métodos e metodologias escolhidos para o desenvolvimento do artigo foram pesquisa bibliográfica, e a observação participante, a partir do levantamento da literatura sobre a temática em questão, ou seja, a mediação. Para Medeiros (2009, p. 36) a “pesquisa bibliográfica significa o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar.” Sendo assim, o artigo em questão buscou fazer um levantamento sobre a temática a ser desenvolvida, buscando obras e autores que se dedicam aos estudos da mediação.

Segundo Gil (2008, p. 14) a pesquisa-ação: “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo”.

Por conseguinte, a observação do 2º. ERECIN foi documentada por meio da escolha e frequência total dos eventos não concomitantes, ao longo da programação, contando com anotações sobre os fatos observados e posterior análise.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para constituir o referencial teórico necessário à compreensão da análise registrada no artigo, primeiramente começamos com o conceito de mediação. Normalmente, esse conceito vindo do referencial Sócio-Histórico é utilizado em muitos campos teóricos e áreas profissionais das Ciências Sociais Aplicadas além da Ciência da Informação (CI). Podemos recuperar, sempre que necessário, conceitos diferenciados de mediação vindos da Administração, Direito, Educação, Psicologia, Pedagogia, Biblioteconomia, Museologia, Turismo, Educação Física, nos quais possui função destacada e relevante no estabelecimento de boas práticas de comunicação, disseminação da informação e do conhecimento, ensino, aprendizagem e estabelecimento de cadeias produtivas. Como é confirmado por Silva e Farias (2018; p.107):

O conceito de mediação se propagou em diversas áreas do conhecimento, como: direito, educação e comunicação, recebendo diversas aplicações conceituais dessas áreas. Na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (CI), a mediação da informação tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas perpassando várias disciplinas nessas áreas, por seu caráter transversal.

Na definição de mediação é possível encontrar nas discussões sobre mediação as tipologias. Para um melhor entendimento e compreensão do assunto abordado, iremos subdividir o referencial teórico com as tipologias de mediação a ser trabalhada no artigo, que são: mediação da informação e mediação pedagógica.

Quando se menciona o termo “mediação” em uma pesquisa simples de qualquer buscador, logo nos remete à área do Direito. Aparece de imediato o termo “mediação de conflitos”, algo constatado por Armando Malheiro da Silva (2010, p. 02) “se procurarmos, de imediato, através do motor de pesquisa Google, uma definição para o conceito em pauta, somos conduzidos, à velocidade de um clique, à Wikipédia e o que nos aparece é o sentido jurídico-diplomático.” Ainda no decorrer do texto, o autor nos informa que o termo mediação é pouco conhecido e discutido dentro da Ciência da Informação (CI), o que também é confirmado por Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (2009) em seus trabalhos.

Partindo de um conceito amplo sobre o que é mediação, ainda sem avançar na área da CI e afins, em que conceituaremos cada tipo de mediação, utilizamos o autor Rodrigues (2009, p.84) que para ele mediação é: “processo de interlocução ou interação entre membros de uma comunidade, pelo qual se estabelece, alimentam ou restabelecem laços de sociabilidade, constituindo assim o mundo da vida. A linguagem e a ação comum são os fatores privilegiados de mediação.”

Por meio desta definição mais genérica, já podemos verificar que o ERECI foi um espaço em que houve em todo momento mediação, pois se entendemos mediação como algo que proporciona interação, cria ou restabelece laços de sociabilidade dentro de uma comunidade.

Ficou constatado que, ocorreu esta interação entre a comunidade da CI, pois em um evento científico que nas palavras de Lacerda et al (2008, p.140) é “fonte essencial na busca e apreensão de novos conhecimentos, sua finalidade é reunir profissionais ou estudantes de uma determinada especialidade para trocas e transmissão de informações de interesse comum aos participantes”. Conforme as palavras do autor citado, os eventos “científicos criam a possibilidade de interação entre os estudantes e os profissionais da área e favorece o acesso a

novas informações.” Sendo assim, é possível encontrar mediação em um evento científico, pois, há interação entre os membros da comunidade que estão presentes e que, possuam como intuito, criar laços, ampliar ou criar redes de sociabilidade entre os indivíduos e por fim, haver grande divulgação, disseminação e apropriação de informação e conhecimento.

A depender da área em que se esteja pesquisando, dentro da mediação são encontradas algumas tipologias de mediações, tais quais: mediação da informação, da cultural, da pedagógica, da literária, entre outras. E, diante dessas tipologias de mediações, escolheu-se duas delas para observar e demonstrar que podiam ocorrer ao mesmo tempo e em um único evento.

O conceito de mediação da informação na CI prevê que o regime de informação e o fluxo informacional sejam apropriados pelos seus participantes, a medida em que seu nível de letramento, habilidades e competências informacionais vá crescendo, por meio dos relacionamentos. Na atualidade, também não é mais possível discutir esses fluxos sem discutir dois importantes valores: as relações presenciais e as redes sociais digitais. Segundo Malheiro (2010, p. 31-32):

Temos de pensar, cada vez mais, em todos quantos estão a contribuir, aproveitando o gigantismo e a força da onda internética, para que o conceito de serviço on-line se torne bastante difuso e complexo, o que significa que em rede digital surgem, crescem e morrem, em movimento exponencial contínuo e sem limite à vista, milhões de recursos de informação, muitos deles concebidos e animados por pessoas ou grupos, onde não vemos o especialista da informação como categoria profissional, ou o vemos apenas como graduado e pós-graduado em CI, mas voluntários de perfis múltiplos, apostados em praticar mediação informacional de acordo com uma lógica relacional. A interação mútua pode começar e prolongar-se em espaço digital, mas não se circunscreve aí, alimentando-se de contactos presenciais e, nesta medida, não disputam a função mediadora ao especialista da informação. Coexistem com ele, operando uma inversão criativa. Esses voluntários são mediadores, mas já foram e continuam sendo, também, utilizadores. Significa isto que se condensam, no espaço e no tempo, de forma unificada, fases ou momentos que, diante das possibilidades tecnológicas da nossa actuais, eram separados local e cronologicamente: a colecta/busca, o uso intelectual (cognitivo) dos conteúdos obtidos e organizados e a produção informacional constituíam um ciclo fragmentado, agora alterado pela sincronia e simultaneidade em que ocorrem dentro da rede. E a simples activação de links, ou remissivas mútuas, entre os serviços institucionais com site no “espaço de fluxos” e todos os outros, instaura-se, como passo natural, corrente e normal, a fim de estimular trocas mais estreitas e ousadas...

Por outro lado, o conceito de mediação pedagógica não nasce no cerne da CI, mas é aplicável a esse campo científico, como uma forma de aprofundar os estudos dos ambientes informacionais e apoiar as atividades formais, informais e não-formais de educação. Elementos especializados dessa mediação, como a relação ensino-aprendizagem, a prática

pedagógica, a didática, a andragogia e outros detalhamentos, são característicos dos estudos da Pedagogia, Psicologia Educacional e Educação. Segundo Magda Pischetola e João Paulo Leite Cabrera Pereira da Rosa (2019, p. 4-5), a mediação pedagógica também é uma prática social relacional, cuja intenção é estabelecer um ambiente de disseminação de informação e conhecimento. Então, mediante a evolução tecnológica da atualidade, também vai depender do letramento, habilidades e competências informacionais dos participantes:

A atividade docente é dada principalmente pela mediação pedagógica, a qual ocorre por meio da relação professor-aluno. [...] Cabe retomar alguns dos princípios fundamentais dessa abordagem, para podermos entender a importância da mediação pedagógica para a integração de TICs nas práticas de ensino e aprendizagem. [...]Ao focar a origem social da mente, a teoria tenta resolver o dilema de a sociedade reproduzir a cultura historicamente acumulada, ao mesmo tempo em que produz a singularidade do indivíduo. Isto é, o mundo dos objetos possui inúmeros significados socialmente e culturalmente reconhecidos/compartilhados: instrumentos e objetos, frutos do trabalho social, que através de uma generalização se tornam uma experiência cultural que pode ser transmitida.

Dessa forma, a observação participante seguiu os princípios das conceituações e procurou distinguir os processos de mediação da informação e mediação pedagógica ocorridos no 2º. ERECIN, com vistas a comprovar a importância de eventos científicos na disseminação da informação e também na aprendizagem em nível superior, ocorrida de modo dinâmico e sintético, numa programação com tempo determinado e finalidades claras, composto pela adesão de um grupo ou segmento social que se dedica às práticas sociais especializadas.

3 A OBSERVAÇÃO DO 2º. ERECIN

O ambiente escolhido para a construção do artigo foi o 2º Encontro Regional em Educação em Ciência da Informação- ERECIN, que foi realizado na Universidade Federal de Sergipe- UFS, que ocorreu no período de 11 a 15 de junho de 2018. Este 2º ERECIN teve como tema “Os desafios da inclusão nas práxis pedagógicas: saberes e fazeres em Ciência da Informação” e ocorreu em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe.

O ERECIN é um evento da área da Ciência da Informação (CI), voltado para a prática docente e tem como público alvo pesquisadores, docentes da área citada e busca como

objetivo criar espaço de trocas de experiências, aprendizagem e fortalecer os cursos de pós-graduação na área da CI. Um dos grandes objetivos do ERECIN conforme informação da coordenação, é:

Incentivar os docentes, pesquisadores e discentes da área de Ciência da Informação a refletir e buscar alternativas de soluções para diferentes problemas detectados por meio de pesquisa, bem como das possibilidades de atualizações das propostas pedagógicas adotadas nos vários cursos e, visando a promoção e o aperfeiçoamento contínuo da comunidade acadêmica na perspectiva de fortalecimento e aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Ciência da Informação no Brasil (ERECIN, 2018).

Por meio do objetivo do evento é possível ver que há a coexistência de duas mediações, a da informação e a pedagógica. Pode-se concluir que também dentro deste momento houve a mediação pedagógica visto que é possível ver a troca entre alunos e professores, e entre alunos e alunos.

3.1 Mediação da Informação observada no 2º. ERECIN

Quando se discute sobre mediação da informação e sua conceituação, o teórico mais citado em trabalhos sobre a temática discutida no Brasil é o professor e pesquisador Ciência da Informação Oswaldo Francisco Almeida Júnior, que atualiza esse conceito como:

Toda ação de interferência—realizada pelo profissional da informação direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JUNIOR, 2009, p. 92).

Embora a mediação, nos termos apontados por Almeida Júnior, naturalmente ocorra por meio da convivência e relações humanas na sociedade, existem mecanismos desenvolvidos naturalmente para potencializar o aumento das interferências conscientes, plurais e coletivas. Frequentar um evento científico exige uma preparação, uma predisposição e uma expectativa em relação à disseminação, troca ou obtenção de informação de boa qualidade e qualificada, sob as garantias da seleção e classificação prévia de trabalhos e participantes de uma comissão científica.

Esse mecanismo de potencialização das mediações é proposital e visa a atualização de conhecimentos de uma comunidade de prática. Podemos dizer que em todos os momentos do evento observado, as atividades propostas resultaram em mediação da informação, quando por

exemplo: especialistas discutiram e problematizaram temas ainda inexplorados em mesas redondas; diferentes profissionais e pesquisadores expuseram seus trabalhos e os debateram em Grupos de Trabalhos (GT); boas práticas e sínteses teóricas foram ministradas nos minicursos; novas fontes foram disponibilizadas nos lançamentos de livros; e até nos momentos de intervalo, nos quais as pessoas se agruparam informalmente e mediaram a informação, suprimindo necessidade informacional e aumentando sua rede de contatos.

Outro momento em que esteve presente a mediação da informação foi na “roda de conversa”, com a teórica Marta Ligia Pomim Valentim com os discentes do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento (PPGCI/UFS). Este momento foi organizado para que os discentes do mestrado profissional pudessem expô-los sobre seus projetos de mestrado e debatê-los com a referida especialista, para que assim pudessem construir melhor suas dissertações. Pode-se dizer que, a mediação nesta roda de conversa atingiu seu objetivo, que é a apropriação da informação, pois muitos discentes conseguiram apropriar-se das informações repassadas pela teórica.

Algo interessante na mediação da informação é entendermos que ela é dinâmica e que vai requerer a participação ativa dos envolvidos, conforme as observações de Almeida Júnior (2009). Ficou constatado que aconteceu tanto nas atividades correntes do evento, quanto na roda de conversa, pois o ERECIN foi dinâmico e com o envolvimento de todos os participantes.

3.2 Mediação Pedagógica observada no 2º. ERECIN

Esta tipologia de mediação é discutida e definida por Masetto (2000, p.144-145), segundo o qual “a mediação pedagógica significa a atitude e o comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem, que ativamente colabora para que o aprendiz chegue aos seus objetivos”.

Conforme Cardoso; Toscano (2011, p.13467) “Na mediação pedagógica há uma intencionalidade de ensinar.” por meio desta citação notamos que, embora o ERECIN não seja eminentemente um evento de caráter pedagógico, não tenha perfil de curso, ainda assim permitiu que em muitos momentos alguns conteúdos fossem ministrados por docentes e especialistas. Como momentos nos quais essa mediação pedagógica foi propositalmente presente, tanto no minicurso do convidado internacional José Antonio Moreira Gonzalez quanto na roda de conversa com Marta Ligia Pomim Valentim, assim como nos outros

minicursos ofertados pelo evento, os participantes já se predispunham à relação ensino-aprendizagem previamente.

Sendo assim, podemos encontrar a mediação pedagógica num evento científico no momento em que se dá a interação ou relações de ensino-aprendizagem, sendo que um dos participantes assumirá a função de professor/discente, enquanto os demais assumirão a função de alunos/discentes, e a dinâmica da atividade será diferente das demais.

Contudo, essa mediação pedagógica ocorrerá em um evento científico sempre que for franqueada uma explicação ou a explicitação de conteúdos tácitos. A mediação pedagógica é notada em mesas redondas quando algum pesquisador está expondo juízos e conceitos relativamente inéditos para a comunidade assistente sobre determinado assunto e após a explanação abre-se para os debates e em relação a esta questão. Esta tipologia de mediação esteve presente no ERECIN, principalmente porque este evento em questão é voltado para a prática de ensino na Ciência da Informação. Então, além da possibilidade já prevista da ocorrência de mediação pedagógica em eventos científicos, no caso do ERECIN existia um regime de informação já consagrado entre grande parte dos congressistas presentes, que são professores, coordenadores de curso e pesquisadores da Ciência da Informação na educação superior formal.

Foi possível encontrar docentes, tanto participando do evento como também nas mesas redondas, como exemplo temos a mesa de abertura do evento com as docentes Profa. Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (ABECIN) e Profa. Dra. Martha Suzana Cabral Nunes (UFS), após esta mesa houve momento de debates, trocas de experiências, estudantes, professores tirando dúvidas, podendo refletir sobre a temática em que foi pautado o evento.

Outro momento em que houve a mediação pedagógica foi por meio dos minicursos, como já citado. Entendemos minicurso como sendo uma prática pedagógica que pode compor eventos científicos opcionalmente, voltada para um pequeno número de pessoas, com uma duração curta e que tem como proposta apresentar atualizações e iniciar discussões sobre um assunto específico.

Para que essa prática tenha êxito, o conhecimento prévio sobre o letramento e competência informacional específica da comunidade-alvo do evento é imprescindível, permitindo assim que os participantes aprendam mais sobre o assunto que será abordado. Na observação do ERECIN, pudemos constatar que isso foi cuidadosamente planejado, já que os minicursos foram bem frequentados e bem avaliados. Aconteceu o minicurso intitulado “contexto e evolução dos vocabulários semânticos”, que foi ministrado pelo professor José

Antonio Moreiro Gonzalez, com público abrangente de mestrados, mestres e doutores brasileiros, com a exigência suplementar do domínio da língua espanhola.

Nestes momentos foi possível encontrar as características da mediação pedagógica conforme Sacerdote e Fernandes (*apud* MASETTO, 2016, p. 417) que compreende:

Diálogos, trocas de experiências, debates, abordagem de problemas, perguntas orientadoras, profundo desafios, incentivando a reflexão, criando intercâmbios entre a aprendizagem e a realidade social e, ainda, a aprendizagem de comunicação de conhecimentos por meio da colaboração.

Algo que foi percebido nos dois momentos mencionados e que ocorre na mediação pedagógica é o fato do professor “assumir o papel de parceiro criativo e articulador da aprendizagem junto ao estudante, sugerindo caminhos e direcionando os processos que facilitam a aprendizagem” (FERNANDES *apud* MASETTO, 2016, p. 417).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf. Acesso: 18 jun. 2018.

CARDOSO, Leila Aparecida Assolari; TOSCANO, Carlos. A mediação pedagógica na sala de aula: o papel do professor na construção do conhecimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., 2011. Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: EDUCERE, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829_2776.pdf>. Acesso em: 18 jun. de 2018.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LACERDA, Aureliana Lopes de et al. A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. **Revista ACB**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 130-144, mar. 2008. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/553>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MASETTO, Marcos T. Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, José Manuel (Org.). **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 16. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 133-173.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PISCHETOLA, Magda; ROSA, João Paulo Leite Cabrera Pereira da. Tecnologias, mediação pedagógica e a partilha de sentidos no contexto escolar. **Rev. HISTEDBR On-line**.

Campinas: v.19, p.1-17, 2019. ISSN:1676-2584. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8652681. E-Location: e019048.

SACERDOTE, Helena Célia de Souza; FERNANDES, Jorge Henrique Cabral. Mediação da informação e mediação pedagógica: discussões conceituais. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 21, n. 1, p. 407-425, jun. 2016. ISSN 1981-8920. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/20515/19002>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma.com**. Porto, Portugal, n.9, p.1-37, 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26174/2/000106387.pdf>. Acesso: 06 abr. 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Abordagens conceituais e aplicativas da mediação nos serviços de informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 106-123, set. 2017/fev. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/122628>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Recebido/ Received: 12/07/2020

Aceito/ Accepted: 10/12/2020

Publicado/ Published: 18/01/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NEGRA EM REVISTAS BRASILEIRAS DE MODA

BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF BLACK FEMALE REPRESENTATIVITY ON BRAZILIAN FASHION MAGAZINES

Fábio Jesus dos Santos

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bibliotecário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1325-972X>. E-mail: fabiodoici@yahoo.com.br.

Jandira Reis Vasconcelos

Mestra em Ciência da Propriedade Intelectual pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bibliotecária do Sistema de Bibliotecas da UFS (SIBIUPS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5338-6125>. E-mail: jandirasantosreis@yahoo.com.br.

Vagner José Magarão de Araújo

Mestre em Gestão de Tecnologias Aplicadas a Educação pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Graduado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bibliotecário do Sistema de Bibliotecas da UNEB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9416-6658>. E-mail: vmagarao@yahoo.com.br

RESUMO

Com o objetivo de mostrar a incidência de mulheres negras nas capas de revistas, fez-se uma pesquisa descritiva com abordagens quantitativa e qualitativa nos periódicos: Claudia, Glamour, Manequim, Marie Claire, Moda Moldes e Vogue Brasil, entre os anos de 2018 e 2020. Foi feito um levantamento bibliométrico em 182 capas, das quais 133 com modelos brancas, 43 com modelos negras e 6 outras raças. A revista Cláudia obteve o maior número de publicações, porém a Vogue Brasil publicou mais mulheres negras em suas capas e entre as modelos negras a atriz Taís Araújo foi destaque. Através das variáveis mensuradas infere-se que as modelos negras são menos favorecidas e

que há uma predileção por personalidades da mídia.

Palavras-chave: Negras. Capas de revistas. Bibliometria.

ABSTRACT

The article has the objective to show the incidence of black women on magazine covers. To achieve it, a descriptive and qualitative research was made on: Claudia, Glamour, Manequim, Marie Claire, TPM and Vogue Brasil, from 2018 to 2020. The bibliometric survey in 182 covers pointed out 133 white models, 43 black models and 6 from others races. The Claudia Magazine has the most number of

publications, however, the Vogue Brasil published more black women in its covers and the actress, Taís Araújo, one of the black models, was outstanding. Through the measured possibilities, the conclusion was that the black models are less

supported and there is a preference for media personalities.

Keywords: Black women. Magazine covers. Bibliometry.

1 INTRODUÇÃO

Pensar em mulheres negras, traz à tona principalmente as categorias de raça e gênero. Não é possível descontextualizá-la de todas as mazelas raciais, econômicas e sociais. O feminismo negro se afirmar como categoria de estudo que busca construir um arcabouço teórico e de denúncia, fazendo o imbricamento de todas essas questões, em uma área do conhecimento chamada de interseccionalidade, que

[...] recusa análises aritméticas sobre a articulação entre diferentes sistemas de opressão como gênero, classe e raça e busca compreender como a interação entre esses diferentes fatores particulariza a forma como determinados grupos vivenciam as desigualdades (SANTOS, 2016, p. 18).

A complexidade dessa intercessão não caberia em uma única investigação, pois não se esgota. Entretanto, a temática será apresentada à luz da bibliometria, trazendo um aspecto relevante dessa discussão e que se refere as revistas de moda. Essas publicações costumam estampar em suas capas mulheres brancas, dentro de um padrão definido pela própria indústria que rege esse glamoroso universo *fashion* e que costuma ditar as tendências.

Essa pesquisa se destina a abordar a mulher negra na perspectiva de suas aparições em capas das revistas de moda brasileira. Demonstrar quem são as mulheres que estampam as capas foi o ponto de partida para a construção de toda problemática desse artigo. Adianta-se que a frequência de mulheres brancas foi maior entre as outras raças apresentadas.

Essa quantificação revela a desigualdade entre as raças já que pensar corpo e moda é pensar, também, a sociedade e o percurso histórico da humanidade (BRAGA; MAGALHÃES; SCHEMES, 2018).

A moda no Brasil, não costuma contemplar pessoas negras, com exceção de um pequeno nicho que se repete constantemente. Isso também aparece na perspectiva das capas que fizeram parte desta pesquisa.

Mulheres negras costumam viver experiências negativas diante do contexto social, em que o belo é associado aos padrões coloniais. Como resultado, por meio dos dados mensurados, observou-se que o universo *fashion*, ao qual aparece em uma capa de revista exige padrões que discriminam a mulher negra.

2 RACISMO E REPRESENTATIVIDADE NA MODA E PUBLICIDADE NO BRASIL

As desigualdades entre brancos e negros sempre foram presentes no Brasil desde a sua formação. Os negros que foram trazidos ao país não possuíam nenhum direito civil ou social. De acordo com Schwarcz (2019), com as mulheres negras o regime não foi diferente, dado ao seu estigma de propensão à sexualidade, sendo que muitas dessas mulheres tiveram seus corpos violados pelos senhores de engenho, alimentando assim no imaginário masculino conceitos que se permeiam até os dias de hoje, restringindo a essas mulheres o papel lascivo no universo da beleza e da contemplação feminina.

O racismo por meio do viés inconsciente, ou seja, como preconceito de forma assimilada e sutil, está tão enraizado na sociedade que experimentos realizados nos Estados Unidos, na década de 1930, apresentaram bonecas brancas e negras para crianças de 4 a 6 anos, igualmente brancas e negras, tanto as crianças negras, quanto as crianças brancas vincularam atributos positivos a boneca branca, enquanto à boneca negra foram vinculados atributos negativos. Ao final do experimento foi perguntado com qual boneca a criança se identificava, as crianças negras se identificaram com a boneca negra, em que as mesmas atribuíram vínculos negativos (CUSTÓDIO, 2015).

Por muitas gerações as meninas negras sofrem desse viés inconsciente, pois foram ensinadas de forma mácula que o tom da sua pele retinta e os seus cabelos crespos eram feios, que o padrão branco eurocêntrico de beleza era o único aceitável, em um país cuja população tem um quarto de mulheres negras. Em cada 10 produtos de maquiagem desenvolvidos e fabricados no Brasil, apenas três são voltados para a pele negra. Portanto, a maioria da indústria da moda e da beleza fomenta e lucra com esse padrão de embranquecimento, sem se preocupar com a responsabilidade social envolta nesse processo (CUSTÓDIO, 2015).

Se na sociedade como um todo quase não encontramos mulheres negras em altos cargos corporativos ou gerenciais, no universo da moda esta exclusão racial se perpetua.

Segundo Negreiros (2017), que traz um resgate histórico dos jornais do século XIX, mulheres negras escravizadas eram anunciadas como costureiras, modelistas e empregadas para modistas brancas. Comparando com o cenário atual pouco ou nada mudou, a maioria das mulheres negras no contexto da moda ainda desempenham funções subjulgadas, tais como, vendedoras, assistentes ou costureiras.

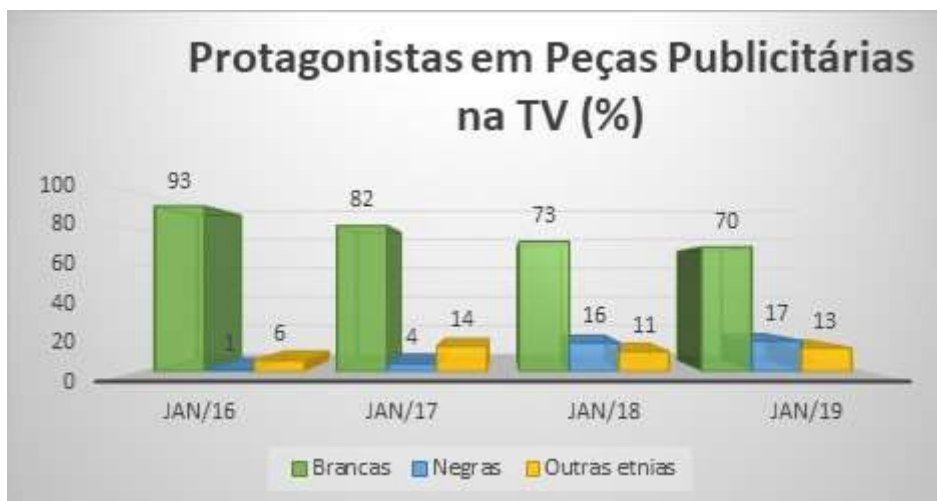
A falta de representatividade e o negacionismo não são os únicos problemas enfrentados pelas mulheres negras no mundo da moda, quem consegue penetrar essa bolha enfrenta muitas adversidades para permanecer. Haja vista os inúmeros relatos de racismo cometidos pelas agências, marcas e empresas. Desde cachês muito abaixo de outros modelos brancos para trabalhos semelhantes, até o abuso moral, como o desdém do seu tom de pele e tipo de cabelo. O colorismo também torna-se preponderante com base no reflexo de uma narrativa branca europeia, no qual quanto mais retinta seja a modelo, menor será sua valorização. O racismo segundo Artigo 5º (inciso XLII) da Constituição Cidadã é um crime inafiançável e imprescritível, sujeito à prisão (BRASIL, 1988).

Em 2009, o maior evento de moda do país, o SPFW (São Paulo *Fashion Week*), em acordo com o Ministério Público, estabeleceu um sistema de cotas em que ao menos 10% dos profissionais envolvidos no evento fossem negros, porém muitas marcas se prevalecem das funções de menor remuneração para cumprir esta meta.

A moda de alto padrão no Brasil quase que na sua totalidade é constituída por oligarquias e negócios de família, que são passadas por gerações, fator que dificulta o acesso aos negros, que por motivo de estruturação histórica, em sua grande maioria, tem baixo poder aquisitivo, fato que reverbera nas dificuldades em obter linhas de crédito e investimentos para adentrar nesse universo excludente (TORRE; MONTEIRO, 2020).

Na publicidade, a falta de representatividade de negros e outras etnias, assim como na moda, são muito presentes. Estudos realizados pela Oldiversity e divulgado pelo Grupo Chroma ouviu duas mil pessoas, entre as classes A, B e C acima de 16 anos. Para 37% dos entrevistados, a publicidade e propaganda no Brasil são racistas; e para 53% dos negros ouvidos, as peças publicitárias não refletem a sua realidade. Apesar disso, existe uma transformação acontecendo, ainda que de forma lenta e gradativa, como demonstra o gráfico abaixo: no ano de 2016 apenas 1% das protagonistas das publicidades eram mulheres negras, em 2019, esse percentual cresceu para 17%. Ainda longe da representação de 54% que constitui os negros na sociedade brasileira, porém um avanço significativo para gerações futuras (LESSA, 2020).

Figura 1 – Protagonistas em peças publicitárias na TV



Fonte: Todxs Agência Head, 2020.

É importante que se tenham pessoas negras em cargos de liderança (empresários, estilistas, *designers*, criadores) para que haja, de fato, uma mudança cultural e organizacional na indústria da moda, não se restringindo aos movimentos sazonais ou mesmo estabelecidos por cumprimentos de cotas, de modo que se institua, dessa forma, uma moda perene, plural e inclusiva.

3 AS CAPAS DE REVISTAS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO

A revista é uma publicação que pode ser divulgada por meio impresso ou digital, são publicadas por editoras, com periodicidade, que varia entre semanal, mensal, ou outro período determinado. Suas matérias abordam assuntos variados para um seguimento diversificado. Podem ser classificadas, de acordo com o público de interesse: infante-juvenil, mulheres, homens entre outros. Entre as temáticas, apresentam cunho jornalístico, e ou de entretenimento.

Historicamente, a primeira revista, cujo título era *Erbauliche Monats-Unterredungen*, surgiu na Alemanha, no século XVII, em 1663. País que já tinha o domínio da impressão, desenvolvida por Johannes Gutenberg desde o século XV. (SUPER, 2018). No Brasil, a primeira revista surgiu na Bahia, em 1812, intitulada: ‘As Variedades ou Ensaio de

Literatura’, foi publicada pelo jornal Idade d’Ouro do Brasil e editada na tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, sobre a proteção do Conde dos Arcos (WERNECK, et al., 2000; MOURA, 2011).

Inicialmente não havia ilustrações nas revistas, a mudança aconteceu em 1866, com o periódico *Semana Illustrada* de Henrique Fleuiss. A revista em questão, apresentava informações sobre a Guerra do Paraguai, não só por intermédio de textos, mas também em imagens, iniciando dessa forma, a fotorreportagem. Este novo gênero jornalístico, influenciou o surgimento das demais revistas, tendo a charge como principal manifestação imagética (MOURA, 2011).

Com o aperfeiçoamento das revistas ilustrativas, Assis Chateaubriand passa a realçar as reportagens com recursos do fotojornalismo, aproximando assim, o fotógrafo do fato, por meio do seu grande sucesso, a revista “O Cruzeiro”, lançada em 1928 (LEONY, PAULA, 2012). Desde então, as revistas passaram a agregar mais uma atribuição às ilustrações: a informativa. Estas não só serviram como elemento agregado ao conteúdo, mas também como elemento principal da capa.

A informação contida na imagem da capa exerce forte influência sobre o leitor, geralmente tem a função de chamar atenção, de forma a atrair para as informações contidas no seu interior. As ilustrações nas capas de revistas têm aguçado olhares de pesquisadores de variados seguimentos. Importantes pesquisas do meio acadêmico têm utilizado a revista informativa, como fonte de informação. Em sua maioria, são revistas do seguimento feminino, nas quais analisam questões de raça, diversidade de gênero, representação entre outras.

Santos (2017) apresenta em sua pesquisa de monografia, uma análise em dez capas da revista *Vogue*, com o objetivo de verificar se há e como é a representação das mulheres negras na mídia da moda. Constata que não há representação da mulher negra nas chamadas e imagens deste veículo. Confirma que há um mito da democracia racial em seu discurso e o favorecimento da elite branca. Na mesma perspectiva, também utilizando a revista *Vogue* como fonte de pesquisa, Martins (2017) fez uma análise comparativa entre as edições de 2009 a 2016, ponderando como a revista se posicionou sobre a representatividade étnica negra. Verificou que houve um pequeno aumento do percentual de modelos negras nas capas entre as edições em questão, porém é um número bastante irrisório, se levar em consideração o percentual de mulheres negras no país.

Bittelbrun (2018) utiliza as capas de revistas *Claudia* e *TPM* para analisar a questão racial no Brasil. Percebe a invisibilidade da mulher negra neste espaço. Enfatiza que as revistas femininas destacam em suas capas personalidades que reforçam a ideologia da estética do branqueamento. Ressalta também a falta de diversidade de raças nas capas das revistas, destinadas ao gênero feminino.

De acordo com Guimarães (2019), a mulher negra é retratada de maneira diferente da mulher branca em capa de revista. Sua pesquisa analisou a representação de modelos negras na *Vogue*. Verificou que, além de serem minorias, a representação das mulheres negras está relacionada à estereótipos que as inferiorizam, principalmente o da sexualização.

Observa-se que todas as pesquisas mencionadas, utilizaram como objeto de estudo capas de revistas femininas. Abordaram a mesma temática: a questão da representatividade da mulher negra, porém com vertentes diferentes. A preocupação por parte dos pesquisadores com estudos desta natureza, revela a importância de mostrar para a sociedade, o quanto a mulher negra precisa ser respeitada e ocupar esses espaços em igualdade com as modelos brancas.

4 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa, utilizando-se de técnicas da bibliometria, em seis revistas de moda: *Revista Cláudia*; *Revista Glamour*; *Revista Manequim*; *Revista Marie Clair*; *Revista Moda Moldes* e *Revista Vogue Brasil*.

Os critérios de escolha das revistas basearam-se em ter periodicidade definida; ser corrente, ou seja, estar sendo publicada atualmente; ter grande circulação e tiragem no mercado editorial no país na área da moda e possuir editores renomados.

A escolha pelos procedimentos da bibliometria se fez oportuno, por se tratar de um instrumento que permite a construção de indicadores científicos, por intermédio do mapeamento e quantificação de informações. São confiáveis as possibilidades para investigação/produção da ciência, por meio de análises métricas da informação, pois permitem verificar as tendências de determinada área do conhecimento, diagnósticos de citações e visibilidade de autores, uso de fontes de informações, impactos de instituições em pesquisas entre outros aspectos (ALVAREZ; CAREGNATO, 2017; PIMENTA et al, 2017).

A bibliometria está baseada em leis e princípios que norteiam os pesquisadores para categorizar o foco de seus estudos: Lei de *Bradford*, está voltada à análise de produção de periódicos; Lei de *Lotka*, está relacionada à produção de autores; Lei de *Zipf* revela a ocorrência de frequência de palavras, está relacionada a indexação temática (GUEDES 2012).

No que diz respeito aos procedimentos para coleta de dados, foi realizada uma pesquisa nos sites das revistas que fazem parte desse estudo, delimitando como espaço temporal, as publicações de janeiro de 2018 a agosto de 2020. Neste sentido foi feito um levantamento de 182 revistas, sendo: Revista Cláudia (35); Revista *Glamour* (28); Revista Manequim (27); Revista *Marie Clair* (33); Revista Moda Moldes (27) e Revista *Vogue Brasil* (32).

Após a coleta, os dados foram organizados no *software Microsoft Excel*, para a construção de tabelas e gráficos, conforme descrito na Tabela 1. Outro procedimento utilizado para apresentação dos dados, foi a criação de nuvem de palavras, por intermédio do *software Word Art*. Utilizou-se como variáveis para mensuração dos dados, publicações por: revistas, raça, ano e modelos.

Tabela 1 – Resultado do levantamento bibliométrico

Quantidade de capas	Modelos brancas	Modelos negras	Outras raças
182	133	43	6
100%	73%	23%	3%

Fonte: Elaboração dos autores.

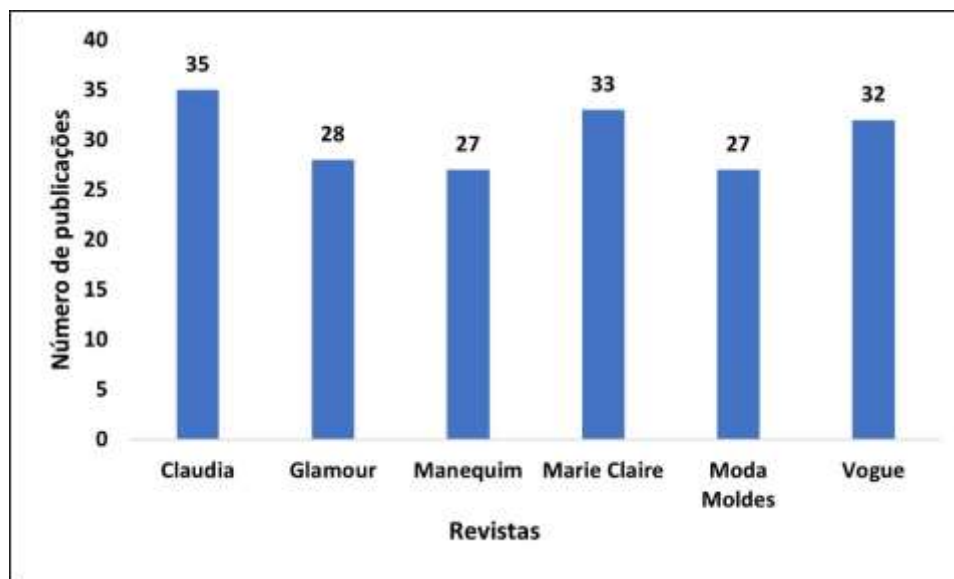
As variáveis que foram destacadas para mensuração permitiram a construção de indicadores do perfil das revistas mencionadas, com relação a publicação de modelos negras em suas capas, bem como fazer uma análise comparativa entre essas revistas, com o intuito de dar mais visibilidade ao que é pouco mostrado, a beleza da mulher negra.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As revistas analisadas são de periodicidade mensal, exceto a revista Moda Moldes que consta em seu editorial como bimestral, apesar da irregularidade em suas publicações, sendo que são publicadas, na maioria das vezes, mensalmente. O número de publicações analisadas variou de 27 a 35 publicações, devido aos números de especiais (tendo capas diferentes no

mesmo número) e pela descontinuidade em algum mês corrente ou até mesmo junção de dois ou mais meses, por estratégia dos próprios editores, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 2 – Quantitativo de publicações por revistas



Fonte: Elaboração dos autores.

Em relação aos especiais mencionados acima, foram os seguintes no período supracitado: a revista Cláudia no número 702 que corresponde ao mês de março de 2020 apresentou dois especiais, sendo duas capas para cada especial (Sonhar para mudar e Mulheres que impactam o nosso amanhã) e a revista Glamour trouxe número 88, correspondente ao mês de agosto de 2019, o especial “Música”, com três capas opcionais.

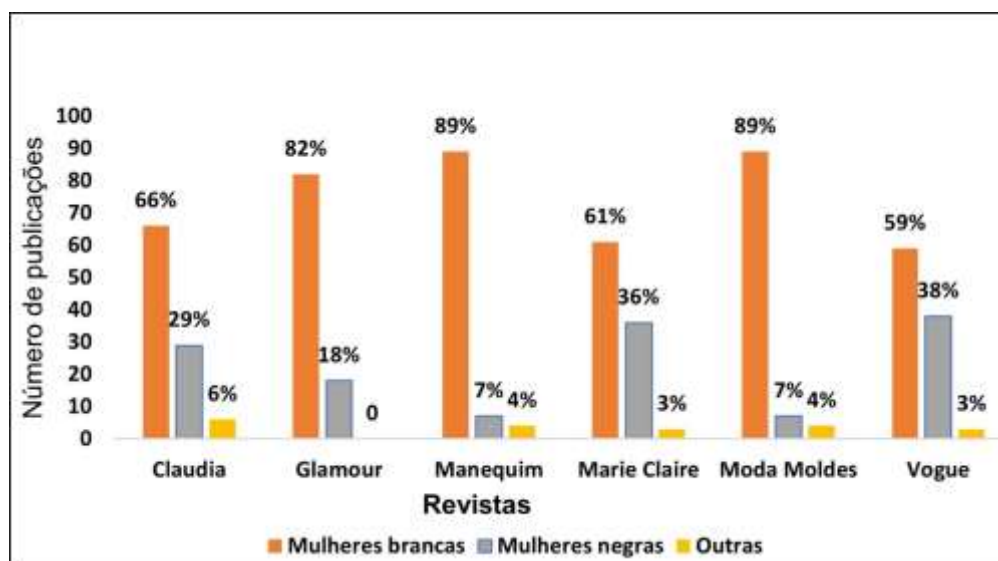
Em alguns números as capas não foram levadas em conta na análise por não haver imagens de mulheres, sendo na maioria imagens abstratas ou de paisagens, foram elas: revista Cláudia números 705 e 706 (junho e julho de 2020) e o número 482 da revista Vogue Brasil (março de 2020).

Pôde-se observar que no período de estudo pretendido (2018 a agosto de 2020) as revistas, em sua grande maioria, cumpriram a periodicidade apresentada, exceto a revista Molda Moldes, facilitando assim as análises a seguir em relação à raça e ano.

Em relação à distribuição de raça nas publicações analisadas, pôde-se observar diante dos dados coletados a constatação de uma moda, pouco plural e diversa. Houve poucas variações de percentuais entre os títulos analisados, sendo que as revistas Molda Moldes e

Manequim, apresentaram a menor variação de percentuais entre raças nas suas capas, sendo eminentemente representadas por mulheres brancas de padrão europeu/caucasiano (89%). Os dois periódicos têm em comum o fato de serem revistas voltadas ao universo da costura e modelagem, elevando assim o preconceito racial quando se trata de um nicho de mercado editorial voltado a profissionais da moda, conforme descrito na Figura 3.

Figura 3 – Distribuição das publicações por raça



Fonte: Elaboração dos autores.

Assim como as revistas citadas anteriormente, as revistas *Glamour*, *Cláudia*, *Marie Clair* e *Vogue* Brasil apresentaram números pouco expressivos quando se trata de diversidade. Sendo que a *Glamour* tem percentuais semelhantes às revistas de costura, 82% de mulheres brancas e 18% de mulheres negras. As revistas *Cláudia* e *Marie Clair* apresentaram percentuais semelhantes entre si, sendo a primeira 61% de mulheres brancas e 36% de mulheres negras, e a segunda 66% de mulheres brancas e 29% de mulheres negras, ou seja, quase o dobro de mulheres brancas, percentuais que destoam da representatividade do número de 54% de negros e pardos no Brasil.

Vale ressaltar que tanto o maior percentual de mulheres negras (36%), quanto o menor percentual de mulheres brancas (59%) nas capas, correspondem à revista *Vogue* Brasil, revista conhecida no mercado editorial por ser elitista e voltada para as classes A e B, o que pode ser explicado pelo fato ocorrido em fevereiro de 2019, quando no seu tradicional Baile de Gala da revista, a temática remeteu à herança colonial, onde mulheres negras vestiram trajes que se

assemelhavam à época da escravidão e recepcionavam convidados, em sua grande maioria brancos, que se posicionavam em grandes cadeiras, que remetia a senhores e senhoras de engenho.

Após um pedido público de desculpas por parte da diretoria, apesar de negar a intencionalidade, a revista *Vogue* passou a adotar um tom mais plural e diversos em suas publicações, apostando em capas com mulheres negras, de outras etnias e outros gêneros e sexualidades, inclusive abordando colunas com a temática do racismo. Entre setembro e outubro de 2020 a revista trouxe pela primeira vez cinco *drags queens* para representar as suas capas, em números especiais voltados para a Amazônia.

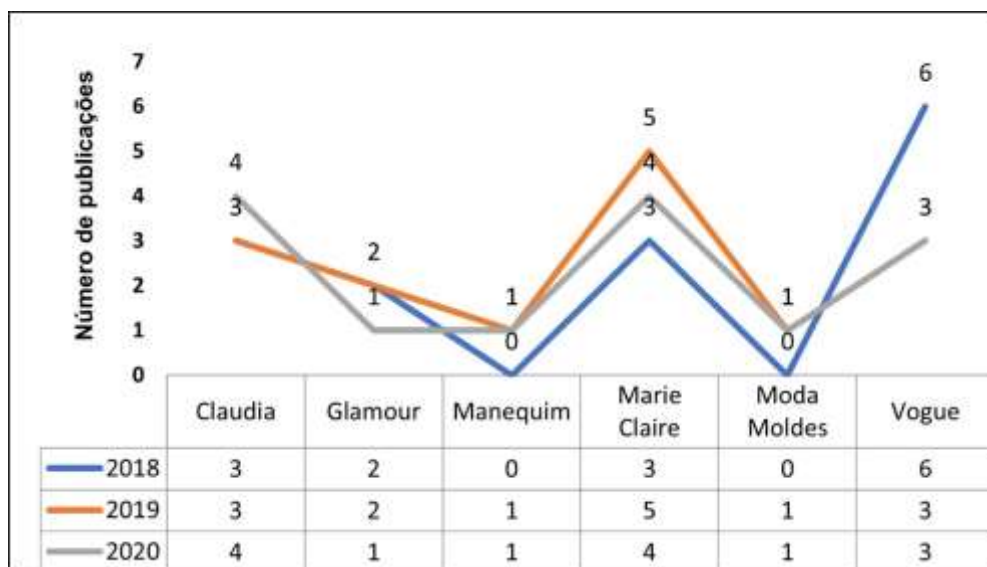
Em um país tão mestiço como o Brasil, os dados surpreenderam pela raça definida visualmente pelas capas, sendo na sua grande maioria ou negras retintas ou brancas caucasianas, com raras exceções que geraram dúvidas em relação ao enquadramento. Nesses casos específicos procurou-se fazer uma investigação quanto a autodeclaração das mesmas, respeitando assim o desejo de como cada personalidade se define em relação a sua raça.

De acordo com os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) do ano de 2019, apenas 1,1% dos brasileiros se autodeclararam como indígenas ou amarelos (CONHEÇA, 2019). Em comparativo aos dados coletados pelas capas e revistas, esses números variaram pouco, sendo 6% da revista *Cláudia*, 4% da *Manequim e Moda Moldes*, 3% da *Marie Claire* e *Vogue Brasil* e nenhuma capa da revista *Glamour*, figurando com 0% nessa representatividade.

Diante dos números apresentados podemos observar que a moda brasileira é excludente e hegemônica. A média geral das capas analisadas de todas em revistas foi de apenas 22,5% de mulheres negras, número que expressa o quanto ainda precisa-se avançar quando se trata de representatividade racial no universo da moda e em outros diversos setores da sociedade.

A Figura 4 relaciona a aparição de modelos negras nos anos de 2018, 2019 e 2020 nas revistas brasileiras de moda: *Claudia*, *Glamour*, *Manequim*, *Marie Claire*, *Moda Moldes* e a *Vogue Brasil*.

Figura 4 - Distribuição das publicações com mulheres negras por ano



Fonte: Elaboração dos autores.

Os dados revelam que no ano de 2018, somente quatorze mulheres negras apareceram estampando as capas das revistas pesquisadas. A revista, *Manequim* e *Moda Moldes* não colocam em destaque modelos negras nas capas desse mesmo ano. Entretanto, a *Vogue* Brasil tem seis modelos negras em suas capas, mas é uma quantidade ainda incipiente diante dos números da revista publicados em 2018.

Martins (2017) que comparou dois triênios de capas (2009-2012 e 2013-2016) e “evidenciou que a *Vogue* Brasil anuncia e associa sua imagem quase que integralmente à etnia branca”, conclusões que se assemelham aos resultados desta pesquisa, visto que aponta para uma pequena participação de mulheres negras nas publicações.

Em 2019, a constância de mulheres negras nas capas é quase a mesma do ano anterior, com quinze modelos, mas, dessa vez, todas as revistas publicaram mulheres negras em suas edições. No ano de 2020, as revistas também tiveram modelos negras nas suas publicações, mas sem crescimento na frequência, trazendo quatorze capas no total.

Basicamente, não há muita variação entre os anos no quantitativo de modelos negras nas capas dessas revistas. Interessante notar que durante os três anos observados, as revistas *Manequim*, *Glamour* e *Moda Moldes* quase não apresentam em seus números modelos negras, totalizando todas juntas apenas nove capas.

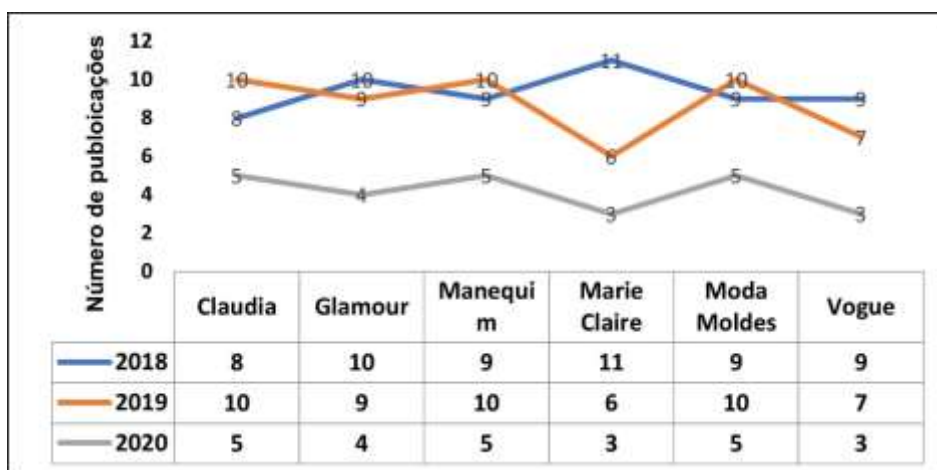
A colonização impôs marcadores que potencializam a soberania entre as raças, colocando a pele branca e as suas características em situação de privilégio. Esses padrões

sugerem a posição em que o negro foi colocado na sociedade brasileira. Uma mulher negra abarca ainda uma singularidade maior de questões, já que raça e gênero não podem ser pensados dissociados dentro das variáveis: mulher negra, representatividade feminina e moda. Assim,

ao desafiar a construção genérica do modelo de mulher universal, associada historicamente à figura da mulher branca, de classe média e heterossexual, o conceito de interseccionalidade permitiu que o campo dos estudos feministas pluralizasse os conhecimentos sobre a experiência dos diferentes subgrupos de mulheres (Santos 2016, 18).

Considerando o contexto dessa pesquisa, a ausência da representatividade feminina negra poderá apontar traços do racismo estrutural na sociedade. E, por mais que os números de mulheres negras tenham crescido, nos últimos anos, nas capas dessas revistas, nem ao menos iguala com o número de mulheres brancas, como podemos observar na figura 5.

Figura 5 - Distribuição das publicações com mulheres brancas por ano



Fonte: Elaboração dos autores.

A figura 5 mostra a aparição de modelos brancas nos anos de 2018, 2019 e 2020 nas revistas brasileiras de moda: Claudia, Glamour, Manequim, Marie Claire, Moda Moldes e Vogue. É uma relação desigual se comparada a Figura 4. Este gráfico expressa a soberania na aparição de mulheres brancas em todas as revistas nos anos pesquisados, totalizado cinquenta e seis mulheres brancas no ano de 2018; cinquenta e dois em 2019 e vinte e cinco no ano de 2020.

Ninguém discute essa condição de privilégio, voltada para as mulheres brancas nas capas de revista de moda. Aliás, todo processo de colonização construiu marcadores de beleza

voltados para pessoas brancas, valorizando pouco as mulheres negras. Esses marcadores também são pontuados de forma tácita por Schucman (2014, 84) quando entende que “no Brasil, ser branco está ligado à aparência, ao *status* e ao fenótipo”, e não pela sua origem étnica e genética como nos Estados Unidos.

Numa perspectiva mais crítica, a autora ainda compreende esse processo denominado de branquitude

como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUCMAN, 2014, 84)

A análise das capas da figura 5, para identificar as modelos brancas, não apresentou nenhuma dúvida e partiu da compreensão que “ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil [...] carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro”. (SOVIK, 2004, 366 *apud* SCHUCMAN, 2014, 84).

Assim, não há barreira para mulheres de pele branca nas capas das revistas de moda. A perspectiva dessas revistas parte da construção colonial europeia de beleza. A importância de apontar esses resultados pode trazer à tona a necessidade de ressignificar o lugar das mulheres negras nas capas das revistas de moda.

Por meio da Figura 6 verifica-se os nomes das modelos em destaques diferenciados, ou seja, o tamanho das palavras revela suas frequências proporcionalmente ao destaque visual. Quanto mais destaque da palavra na nuvem, maior foi a frequência da modelo publicada. Esta observação pode-se relacionar à Lei de *Zipf*, uma vez que revela a ocorrência da quantidade de palavras mais citadas.

Figura 6 – Destaque dos nomes das modelos negras nas capas



Fonte: Elaboração dos autores

Diante da imagem apresentada observa-se que entre as modelos negras, Thaís Araújo foi a que mais apareceu, totalizando em cinco publicações. Dos seis periódicos avaliados, 4 estão com a sua fotografia: Cláudia; Glamour; Marie Clair e Vogue Brasil.

Outros nomes que surgem em seguida são, Iza, Majú Coutinho, Ludimila, Elza Soares, Zezé Motta, Sharon Menezes, entre outras. Como já foi mencionado anteriormente, na apresentação da Figura 3, todas as revistas publicaram em suas capas mulheres negras, porém em número bastante desproporcional ao de mulheres brancas. As personalidades apresentadas, são pessoas conhecidas da mídia, pertencem a seguimentos diversificados, tem representação da música, do jornalismo, do teatro. Apesar de serem todas negras, são mulheres com características e padrões diferentes.

A beleza é uma construção social, por assim ser, as mulheres negras são as preteridas dentro de uma estética de valorização aos padrões da mulher branca. Dentro deste aspecto, as métricas do padrão de beleza, sempre apresentará disparidade, o que proporciona invisibilidade para representação da beleza negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes escritos se fazem importantes pois desvelam sob a ótica da Ciência da Informação algo tão nocivo a sociedade, como o racismo e o preconceito no universo da moda e publicidade, temáticas pouco comuns para a comunidade científica na área. Utilizar os estudos métricos da informação nos trouxeram dados que corroboram com o que já é visto em outras áreas das humanidades, como a exclusão, marginalização e negacionismo da raça negra perante a sociedade.

Na sua perspectiva social, a biblioteconomia não pode furtar-se da responsabilidade de assumir demandas extras e discutir as questões relevantes para os avanços de uma sociedade equânime. Por isso, compreendemos que quantificar e denunciar um traço racista na ótica da bibliometria pode ajudar na compreensão de melhorias sociais.

Constatou-se no curso da pesquisa que apenas um número ínfimo de produtos de beleza é voltado a pele negra e que o protagonismo de pessoas negras em peças publicitárias nos últimos quatro anos correspondeu apenas a uma média de 9,5%, provoca uma reflexão de como ainda o Brasil precisa evoluir enquanto nação e sociedade, e que a busca por igualdade se faz necessária e cada vez mais urgente, para que as gerações futuras possam usufruir de um mundo mais igualitário.

É inquietante que diante dos dados, as revistas voltadas para o universo da costura e modelagem, ou seja, voltadas aos especialistas da moda, tenham apresentados os menores índices de capas de mulheres negras. Comprovando um estigma talhado num corpo social de que o negro não merece e que não tem poder aquisitivo de mercado e compra, teoria que se reafirma e se fortalece entre os profissionais do setor.

Porém nem tudo foi tão desolador no curso da pesquisa, é importante ver a mudança de postura da revista Vogue Brasil, apesar de vir motivado de um ato de racismo, mas abrir colunas sobre a temática e discutir o tema da diversidade e do racismo nos seus editoriais é um ganho relevante.

As ditas minorias têm rebatido esse cenário retrógrado, e esses mesmos atores não tem permitido a continuidade de práticas que aumentem a desigualdade entre as pessoas. Por isso, houve algumas retratações pontuais, mas significativas diante das poucas iniciativas de mudanças nesse nicho tão fechado que é a moda.

Enquanto almeja-se por mudanças de postura não somente na moda e na publicidade com o fim do racismo estrutural, institucional, recreativo, ou qualquer tipo de racismo que possa existir, anseia-se que outros tipos de pesquisas como essas possam emergir na área da Biblioteconomia, para que cresçamos enquanto coletividade, reforçando assim o cunho liberal e humanista fundamentado na dignidade da pessoa humana, tão bem regimentado pelo Código de Ética do profissional do Bibliotecário.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gonzalo Rubén; CAREGNATO. Sônia Elisa. A ciência da informação e sua contribuição para a avaliação do conhecimento científico. **Biblos: Revista do Instituto de**

Ciências Humanas e da Informação, v. 31, n. 1, p. 9-26, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/36565>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BITTELBRUN, Gabrielle. **Cores e contornos: questões de gênero e raça em revistas femininas do século 21**. Insular, 2018.

BRAGA, Larissa Adams; MAGALHAES, Magna Lima; SCHEMES, Claudia. Quando a moda é política: as mulheres negras e a Revista Afro Brasil. **Ex aequo [online]**. 2018, n.38, p.149-166. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0874-55602018000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: 1988. Brasília: Senado Federal, 1994.

CONHEÇA o Brasil. População: cor ou raça. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CUSTÓDIO, Túlio. Você é racista: só ainda não sabe disso ainda. **Galileu**, São Paulo, n. 290, p. 38-49, set. 2015.

GUEDES, V. L. da S. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.6, n. 2, p. 74-109 ago. 2012. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewArticle/5695>. Acesso em: 16 nov. 2020.

GUIMARÃES, Luisa Gonçalves. As representações da mulher negra na Vogue Brasil. **Pista: Periódico Interdisciplinar**. Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 101-127, ago./nov. 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/21720>. Acesso em: 16 nov. 2020.

LEONY, Bruno; PAULA, Werneck. **Revistas**. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.com.br/fale-conosco.html>. Acesso em: 25 out. 2020.

LESSA, Ricardo. Cresce o número de negros na publicidade. **Valor Econômico**. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/04/cresce-presenca-de-negros-na-publicidade.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2020.

MARTINS, Ana Caroline Siqueira. A representatividade étnica negra na revista Vogue Brasil: uma análise comparativa (2009-2012 e 2013-2016). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8, Maringá, 2017. **Anais...** Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3454.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

MOURA, Ranielle Leal. História das Revistas Brasileiras – informação e entretenimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 8, Guarapuava, PR, 2011. **Anais...** Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Historia%20das%20Revistas%20brasileiras%202013%20informacao%20e%20entretenimento.pdf/view>. Acesso em: 25 out. 2020.

NEGREIROS, Hanayará. **O axé nas roupas: indumentária e memórias negras no candomblé Angola do Redandá**, 2017. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2017.

PIMENTA, Alcineide Aguiar et al. A bibliometria nas pesquisas acadêmicas. **SCIENTIA: Revista de ensino, pesquisa e extensão**, Faculdade Luciano Feijão. v. 4, n. 7, 2017. Disponível em: <http://flucianofejao.com.br>. Acesso em: 16. nov. 2020.

SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. Dossiê mulheres negras experiências, vivências e ativismos. **Gênero**. Niterói, v.16, n.2, p. 7- 32, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero/index>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SANTOS, Raissa Silva dos. **A Representação das Mulheres Negras na VOGUE Brasil: um estudo de caso**. 2017. Monografia (Graduação em Publicidade e Propaganda) – Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.1, p.83-94, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100010#nt04. Acesso em: 20 out. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SUPER Interessante. Como surgiram as revistas. Cultura Mundo Estranho. 2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-surgiram-as-revistas>. Acesso em: 25 out. 2020.

TODXS AGÊNCIA HEADS. **Todxs? Head**. Disponível em: http://www.heads.com.br/uploads/Heads_Todxs.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

TORRE, Luigi; MONTEIRO, Gabriel. Modelos negras cobram o fim de práticas racistas na moda. **Elle**. Disponível em: <https://elle.com.br/moda/modelos-negras-cobram-o-fim-de-praticas-racistas-na-moda>. Acesso em: 15 out. 2020.

VOGUE Brasil 500 – 2010 até 2020. Disponível em: <https://Vogue.globo.com/moda/noticia/2020/04/Vogue-500-entre-no-acervo-de-capas-da-Vogue-brasil.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

WERNECK, Humberto et al. **A revista no Brasil**. São Paulo: Ed. Abril, 2000.

<p>Recebido/ Received: 20/12/2020 Aceito/ Accepted: 26/12/2020 Publicado/ Published: 18/01/2021</p>



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES: ENTRE LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO

MEMORY AND REPRESENTATIONS: BETWEEN REMEMBERING AND FORGETTING

Débora Adriano Sampaio

Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0545-7379>. E-mail: debora.sampaio@ufca.edu.br

Esdras Renan Farias Dantas

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Bibliotecário da UEPB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7667-2418>. E-mail: renanfdantas@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo analisa a construção e a inter-relação dos conceitos de memória e representação, dialogando sobre passado/presente e o processo de lembrar e esquecer no tempo e no espaço para consolidação das identidades culturais. Tem como objetivo discutir a memória como ‘devir’, que confere substrato para a construção de representações, as quais visam o não esquecimento em qualquer instância, seja ela política, social ou ideológica, e a memória como parte integrante dos sujeitos sociais, que interfere nas identidades construídas e representadas no interior das relações sociais. A discussão dialoga com teóricos do campo das ciências humanas e sociais por meio da pesquisa bibliográfica e exploratória, traçando um percurso discursivo que prioriza a compreensão sobre a construção de identidades culturais a partir das representações da memória.

Palavras-chave: Memória social. Representação da memória. Identidade cultural.

ABSTRACT

The presente study analyzes the construction and interrelationship of the concepts of memory and representation, dialoguing about the past and present and the process of remembering and forgetting in the time and space for consolidating cultural identities. It aims to discuss memory as ‘becoming’, which provides a substrate for the construction of representations that aim at not forgetting in any instance, whether it is political, social or ideological. As social individuals, memories interfere with identities constructed and represented within social relationships. The discussion dialogues with theorists in the field of human and social sciences through bibliographical and exploratory research, tracing a discursive course that prioritizes the understanding the perception of the construction of cultural identities based on memory representation.

Keywords: Social memory. Memory representation. Cultural identity.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual tem sido, cada vez mais, caracterizada como a sociedade do esquecimento, “marcada pelo domínio homogeneizador da informação midiática” (SILVA, 2001, p. 102). Recuperar o passado, seja ele individual ou coletivo, por meio da memória configura-se atualmente como um dos caminhos mais difíceis e desafiadores, porém possíveis, para a redescoberta dos processos de representação social e cultural e, por conseguinte, para a redefinição de projetos que relacionam passado, presente e futuro.

Nessa perspectiva, no contexto atual em que a memória tem sido, muitas vezes, ameaçada pelo esquecimento, seja ele político, social ou ideológico, objetivamos refletir sobre a memória como um ‘devir’, que confere substrato para a construção de representações, tendo em vista que as nossas memórias, por outro lado, representam o que somos enquanto sujeitos sociais, consolidando nossas identidades construídas no interior das relações sociais.

Dessa forma, é importante destacar a relação entre memória e cultura a partir do viés particular (memória individual) e coletivo (memória coletiva) no espaço e no tempo. O tempo tem ação sobre o espaço da experiência destituindo a diferenciação e/ou a integração, resultando em movimentos culturais identitários. Sob a ação do tempo, o espaço da experiência produz possibilidades de sistematizar as lembranças em memórias, o que é possível somente por meio da consciência do momento do presente.

A esse fenômeno podemos chamar de ‘Rizomas da Memória’, isto é, quando percebemos o movimento de desenraizamento no espaço das experiências, o qual provoca certo “alisamento” que reage sobre o espaço “estriado” – ou seja, amarrado pelos registros do real, do imaginário e do simbólico –, como ocorre, de forma semelhante, nos processos memorialísticos. (DELEUZE E GUATTARI, 1997)

A ‘memória’, diferentemente da lembrança, alicerça-se sobre experiências instituídas por um sujeito ou grupo social e é atualizada ou reelaborada em determinados contextos históricos, podendo ser constituída como fonte histórica. A lembrança, por outro lado, é uma representação produzida pela experiência memorialística.

Os deslocamentos entre o tempo passado e o tempo presente e, conseqüentemente, um tempo futuro, explicam, muitas vezes, os problemas ligados à transmissão ou representação da memória. Visando um tempo futuro, a memória se conserva no tempo contra o próprio tempo (o esquecimento e o apagamento).

Assim, representar a memória pode ser entendido como uma tentativa de a perpetuar, de não a apagar, de não a perder. Em outras palavras, essa representação configura-se como uma tentativa de reconhecer a memória sob diversos olhares e leituras, em diferentes tempos e espaços, tendo em vista a realidade simbólica construída e desconstruída constantemente pelo homem. Tal realidade, por sua vez, é necessária para a compreensão do tempo e do espaço, onde a ausência da abstração não nos permitiria percebermos o mundo como é percebido, e assim, a sociedade em que vivemos e nos constituímos como seres humanos pode ser vista como um complexo sistema de signos que nos permite elaborarmos representações constantes.

2 MEMÓRIA: AS REPRESENTAÇÕES DO PASSADO

Os fenômenos da memória, tanto nos seus aspectos biológicos como nos psicológicos, não são mais do que resultados de sistemas dinâmicos de organização e apenas existem na medida em que as organizações os mantêm ou os reconstituem (LE GOFF, 2003).

Em nosso convívio social e individual, somos atores sociais, pois construímos uma memória e a representamos. Assim, essa memória está sujeita a transformações e, por isso, é dinâmica.

[...] entre sujeito e memória há relações de desejo e vontade mediante os quais o sujeito busca chegar às entranhas daquela. Tal busca implica uma viagem mágico-mítica ao longo da qual se têm descobertas. Busca-se um arquétipo, a origem das sensações presentes (FEITOSA, 1998, p. 99).

Na direção desse pensamento, Pollak (1992, p. 202) apresenta alguns elementos constitutivos da memória, que são os “acontecimentos, personagens e lugares”. Ao nos referirmos aos acontecimentos, podemos entendê-los tanto na esfera individual quanto na coletividade. No aspecto da coletividade, os acontecimentos seriam aqueles que, mesmo quando o indivíduo não participa ativamente, seja em seu imaginário, têm determinada e relevante importância política, social e histórica. É possível que ocorra, nesse ínterim de socialização histórica, uma forte identificação com o passado, à qual Pollak (1992) se refere como uma memória herdada.

A memória também é constituída por personagens, que não são necessariamente do espaço ou do tempo, mas que foram importantes em determinado momento de construção da memória individual ou coletiva.

E finalmente, os lugares, elementos constitutivos da memória, de modo que “a memória preservada nos sítios e espaços de valor histórico e cultural, funcionam como uma espécie de receptáculo [...]” (FEITOSA, 1998, p. 96). Existem lugares de memória ligados a uma lembrança pessoal por servir de base a um momento marcante ou por ter importância na construção da memória de um grupo em determinada época.

Encontramos em Le Goff (2003, p. 424) a caracterização do que consiste o ato mnemônico “[...] antes de qualquer coisa pela sua função social, pois é a comunicação a outrem de uma informação, na ausência de um acontecimento ou do objeto que se constitui seu motivo.” Dessa forma, observamos que as linguagens falada e escrita são a extensão das possibilidades de armazenamento da nossa memória; podemos, assim, sair dos limites físicos do corpo. Isso significa que antes de ser falada ou escrita, existe a linguagem que é representada como forma de possibilitar o armazenamento de informações na nossa memória.

Nesse sentido, encontramos no cenário de nossa reflexão a representação da memória, essencial para a construção da identidade cultural de um grupo, uma comunidade. Tal representação se apresenta sob uma ampla e variada gama de informações, representações e expressões da memória coletiva e constitui o fruto da reconstrução de uma série de imagens fragmentadas e de conhecimentos acumulados a partir de experiências vivenciadas.

A memória é um fenômeno construído, e para Pollak (1992), há uma relação muito forte entre memória e o sentimento de identidade cultural; identidade vista como a busca por uma imagem pessoal para si e para o grupo, representada por meio de diferentes expressões e manifestações. Assim, podemos afirmar que a memória individual, de acordo com o repertório cultural de cada um, complementa a memória coletiva e constrói a identidade cultural com base em representações elaboradas pelos próprios sujeitos sociais.

Para o mundo contemporâneo, no entanto, esse fenômeno poderá parecer superficial, uma vez que nele a imagem tem um papel preponderante na vida das pessoas. Há, nas palavras do filósofo Peixoto (1992), uma excessiva banalização dessas imagens; ele ressalta que vivemos no universo da ‘sobre-exposição’ e da obscuridade, um universo saturado, onde a banalização e a descartabilidade das coisas e imagens, por exemplo, é algo fácil de ser percebido. Paradoxalmente, ocorre uma ‘hiper-realização’ do real. A concretude das coisas e do mundo desaparece, cedendo lugar à artificialidade.

Nesse contexto, a modernização cada vez mais acentuada no capitalismo implica a destruição de valores concretos. Para se contrapor a isso, é preciso uma revalorização das tradições.

Com efeito, a tradição seleciona, nomeia, transmite, preserva e representa a memória, o passado. Na sua ausência, não há uma continuidade consciente do tempo, mas da mudança do mundo, do ciclo biológico das pessoas que nele vivem. A sua perda, segundo Arendt (1972, p. 32), dá-se pelo esquecimento, talvez por um lapso que acomete os seres humanos. De acordo com essa autora, “[...] a memória é impotente fora de um quadro de referências pré-estabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo [...]”. É necessário, então, criar e manter esse quadro, isto é, recuperarmos, preservarmos e construirmos representações dessas informações passadas que constituem nossas memórias, para que as perdas não nos levem ao esquecimento. Sem memória, torna-se impossível para o sujeito a construção de sua identidade, transformando-se em um ser perdido à procura de um sentido para aquilo que faz. Em síntese, torna-se um autômato.

A partir da compreensão dessa realidade, podemos nos conscientizar da importância da construção e da representação do nosso passado. Nossa identidade está calcada em uma interpretação duvidosa do que, por exemplo, aconteceu ao longo desses mais de quinhentos anos. Não se permitiu ao povo que mostrasse sua versão sobre o processo de dominação e doutrinação a que fora submetido. É sobre isto que debatemos: a reconstrução da nossa própria história, na tentativa de reconstruir a nossa memória e, conseqüentemente, ressignificar a nossa identidade. Isso pode ser possível a partir da interação entre os sujeitos, apreendidos, nesse cenário, como resultado das relações sociais, nas quais são estabelecidas de forma voluntária e involuntária as ressignificações e representações.

Assim, entendemos que ressignificar as memórias é um caminho possível e fundamental para representá-las. Representar a memória de um povo é compreendermos a possibilidade de dar sentido e significado à sua existência anterior. Porém, o passado não comporta um “antes” e o futuro não comporta um “depois”; os momentos que constituem esse processo são dimensões entrelaçadas umas nas outras (GONDAR; DODEBEI, 2005).

A memória faz com que a história cresça “alimentada” por informações que procuram “salvar” o passado para servir ao presente e ao futuro. A esse respeito, a distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. A diferença que interessa nesse debate, portanto, é a que existe na consciência coletiva, principalmente na consciência histórica social, que pode ser reconstruída constantemente, tendo em vista a dinâmica do tempo e das relações estabelecidas no seio da sociedade, considerando a pluralidade da diversidade de culturas e valores.

Le Goff (2003, p. 205) complementa que “[...] nas sociedades, a distinção do presente e do passado (e do futuro) implica essa escalada na memória e essa libertação do presente que pressupõem a educação e, para além disso, a instituição de uma memória coletiva, a par da memória individual.” O passado, portanto, aparece reconstituído em função do presente, da mesma forma que o presente é explicado em função do passado; há uma interação entre eles. Hobsbawm (1998) esclarece, corroborando com este raciocínio, que há sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente. Assim, a construção da memória está intimamente relacionada com as transformações que o presente lhe confere na reelaboração do passado, sendo, portanto, a possibilidade de reelaboração, de reinterpretação do passado.

Nessa direção, compreendemos que a memória é uma representação do que foi lembrado sem descartar as características do tempo e do espaço vividos. Lembrar é, resumidamente, construir uma imagem por meio da imaterialidade que está à nossa disposição no conjunto de representações que povoam nossa consciência. Sem lembrança, não há memória nem a possibilidade de recuperá-la ou conduzir à elaboração de novos sentidos (BOSI, 1994).

Por fim, convém ressaltar que a lembrança envolve os aspectos subjetivos do relacionamento dos sujeitos com a família, com a sociedade e/ou com determinadas comunidades nas quais estão inseridos; em síntese, com os diversos grupos de convívio humano e as diferentes referências, peculiares e inerentes a esses grupos.

Fazer parte de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado. Por isso, nossa perspectiva entende que a memória constitui objeto do conhecimento e que, a partir da resignificação e representação da memória, uma das principais funções do presente estudo seja a de contribuir para a compreensão e reflexão da construção e da reconstrução da memória no momento presente e nas ações futuras.

3 NAS FRONTEIRAS DO TEMPO: ENTRE LEMBRANÇA E ESQUECIMENTO

A partir do estudo da mitologia grega, podemos compreender a personificação da memória. A compreensão do mito como revelação e do papel da memória como desveladora de ser e sentido originários direciona a uma aproximação às formas contemporâneas de

abordagem do tema (ROSÁRIO, 2014). Temos em *Teogonia*¹, de Hesíodo (1992, p. 31-32), por exemplo, a narrativa da origem dos deuses na tradição grega:

[...] no princípio surgiu Gaia (a Terra) de amplos seios, que antes de tudo gera para si própria um consorte, Urano (o Céu). Juntos produzem numerosa descendência. Entre outros seres fantásticos, a hierogamia primordial grega gera os Titãs, e entre eles *Mnemósine*.

A palavra grega *Mnemosyne* vem do verbo *mimnéskein*, que significa ‘lembrar-se de’. Assim, *Mnemosyne* configura-se no universo mitológico grego como a própria personificação da memória (ROSÁRIO, 2002).

As Musas da mitologia cantam os fatos revelados por memória, utilizando o seu canto para alegrar e agradar o espírito de Zeus, o detentor da prudência (*métis*) entre os deuses e os homens, e estabelecem a oposição entre o mundo dos deuses do Olimpo e o mundo dos mortais. Essa habilidade as torna passíveis de reterem, da parte de Zeus, o dom da prudência e da sabedoria. Como resultado dessa mistura (*migéïsa*) entre reflexão e memória, as Musas encontram-se aptas tanto a rememorar como a esquecer as coisas sobre as quais falam. Ao dotar suas Musas dessa memória reflexiva, Hesíodo concede-lhes a capacidade de decidir não apenas sobre os fatos a serem lembrados ou esquecidos, mas também acerca do conteúdo de seu discurso, uma vez que tanto podem proferir verdades como revelar mentiras (SOUZA, 2011).

Diferenciando-se das Musas homéricas, cujo canto promete ser verdadeiro, Souza (2011) destaca que, embora nem sempre os discursos de seus personagens representem verdades, as Musas hesiódicas anunciam sua dupla faculdade em pronunciar discursos verdadeiros ou falsos. Isso pode ser visualizado no fato de que Hesíodo dá as Musas o poder de decisão sobre o discurso mais conveniente a ser utilizado, capaz de representar mentiras semelhantes a verdades ou aquele apto a proclamar verdades realizando uma quebra com a tradição poética anterior, uma vez que o canto das Musas era marcado pelo critério de narrar mentiras semelhantes a fatos reais, e não à verdade. Portanto, o que Hesíodo quer condenar através das Musas não é o fato de a verdade ser adotada como juízo de valor, mas aqueles que "em sua rudez não distinguem *pseúdea* de *aléthea*, tomando tudo por verdadeiro" (BRANDÃO, 2007, p. 20).

Nessa correlação entre o falso (*pseudés*) e o verídico (*alethés*), se a verdade for tomada como a negação de esquecimento (*léthe*), isto é, como "coisas que se rememoram ou

¹ HESÍODO. *Teogonia, A origem dos deuses*. Estudo e tradução de J. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1992.
Revista Fontes Documentais. Aracaju. v. 03, n. 03, p. 62-75, set./dez., 2020 – ISSN 2595-9778

que se tiram do esquecimento”, temos dois níveis de antagonismos, o primeiro entre “dizer mentiras” (*pseúdea légein*) em oposição a “proclamar verdades” (*alethéa gerysasthai*), e o segundo entre “mentiras” (*pseúdea*) contrapostas a “fatos semelhantes” (*etýmoisin homoía*) (SOUZA, 2011). Porém, as palavras utilizadas por Hesíodo e refletidas por Brandão (2007, p. 17) comportam uma estrutura maior, capaz de conter, em primeiro plano, a oposição entre “mentira” e “fatos semelhantes” e, secundariamente, o conteúdo dos “fatos semelhantes” contraposto ao de “proclamar verdades”. Assim, não se trata de uma mera oposição entre verdade e mentira, mas da valorização da verdade como um atributo específico das Musas.

Resultado da união entre Zeus e Memória, as Musas têm a propriedade não apenas da memória (*mnemosyne*), mas também do esquecimento (*lesmosyne*). O esquecimento das Musas, porém, é seletivo, assim como a lembrança, pois foram geradas para esquecimento dos males e pausa dos sofrimentos. Como filhas de divindades opostas, elas trazem em si o poder da ‘memória’ e da ‘não memória’. Dotar as Musas de uma não memória não significa representá-las desprovidas de todas as memórias, mas dotá-las de uma memória organizada, seletiva, influenciada por Zeus (responsável pela distribuição das honras e dos castigos, na ética hesiódica) (SOUZA, 2011).

Essa dialética constitui dois polos opostos não excludentes; é complexa, significando que toda interpretação deve estar imbuída de um esforço compreensivo (RICOEUR, 1990). Nesse sentido, compreendemos que

[...] o dom de *Mnemósine*: conduzindo o cânto das Musas, confundindo-se mesmo com elas, preside uma função poética. A Grécia arcaica da mesma forma que diviniza a função psicológica da Memória, diviniza a possibilidade de suas funções: a poesia é uma espécie de possessão pelas Musas, de delírio divino que toma o poeta e o transforma no intérprete de *Mnemóysine*, daquela que tudo sabe, e como nos canta Hesíodo - inspiraram-me um cânto divino para que eu glorie o futuro e o passado. (ROSÁRIO, 2002, p. 2).

Não é um passado qualquer que se apresenta no cânto do poeta, e sim a própria possibilidade de ser do mundo, o próprio momento gerador, cujas consequências se veem no mundo presente, neste mundo visível em que vivemos. O cânto das Musas evoca a memória que “presentifica níveis diferentes de ser: leva-nos ao momento mesmo em que se constituem Terra e Céu” (ROSÁRIO, 2002, p. 2-3).

O sentido e a compreensão atual de memória podem ser apreendidos a partir do mito de *Mnemosyne* e das Musas, mais especificamente por meio da significação da palavra “mito”. *Mythos* é uma das palavras gregas que designa o ato da fala e é

[...] correspondente à espantosa exatidão com que o homem na grande época do mito do mundo percebe e se dá conta dos diversos matizes da concretude e da pluralidade, descobre-se um senso de realidade cujo modo privilegiado de conhecimento é a intuição instantânea do sentido totalizante do ser em seres imediatamente dados em cada caso. (VERNANT, 1993, p. 73).

Percebemos, portanto, que o mito é a revelação da própria pluralidade de sentido, ou excede o sentido que o conceito não pode conter. Por isso, a fala do mito não conceitua, porém revela e mostra:

O mito mostra como ser, como o "sendo" do tempo original, em que se constituiu o ser do mundo, dos deuses e dos homens. E o mito, nas sociedades arcaicas, têm o papel essencial de reatualizar aquilo que se passou na origem dos tempos, o que torna fundamental seu conhecimento. (ROSÁRIO, 2002, p. 2).

Assim, apontamos para o termo ‘recordar’, que corrobora com essa discussão. Na perspectiva mítica, ‘recordar’ significa reconstruir um momento originário e torná-lo eterno em contraposição à nossa experiência do tempo como algo que passa, escoa e se perde. A recordação, como recuperação do tempo, confere imortalidade àquilo que ordinariamente estaria perdido de modo irrecuperável sem esta reatualização.

Conforme podemos observar, o papel da memória não é apenas o de simples reconhecimento de conteúdos passados, mas também de um efetivo reviver que leva em si todo ou parte desse passado; é o de fazer aparecer novamente as coisas depois que desaparecem. É graças à faculdade de recordar que, de algum modo, escapamos da morte que aqui, mais que uma realidade física, deve ser entendida como realidade simbólica que cria o antagonismo com relação ao tema ‘esquecimento’. O esquecimento é a impermanência, a mortalidade, e "a natureza mortal procura, na medida do possível, ser sempre e ficar imortal" (PLATÃO, 1972, p. 45).

Memória é imortalidade. O passado contribui de modo efetivo para tornamo-nos o que somos. Entretanto, é importante compreendermos que “[...] a memória não está apenas no passado trazido à tona pela recordação, mas está presente em nossos corpos físicos, em nosso idioma, no que valorizamos, representado nas tradições e costumes, nos modos de ser e fazer [...]” (ROSÁRIO, 2002). Quando falamos em ‘passado’, tendemos a imaginá-lo como pertencente a um tempo distante constituído por cronologias distantes, porém ao refletirmos sobre o ‘ser’,

[...] tendemos a conjugá-lo no passado, no presente e no futuro. Pensamos no que foi, no que é e no que será. Esquecemos o gerúndio; o "sendo" que nos coloca diante da continuidade que relativiza estes lugares estanques de tempo, e faz com que sejamos, a rigor, forjados nesta sucessão incontável de instantes, minutos, horas, dias, anos, séculos e milênios nos quais se teceram a história coletiva da humanidade

e mesmo nossos seres individuais. O que fomos está, pois, contido, conscientemente ou não, naquilo que somos agora. A memória nos identifica individualmente e coletivamente. A memória permite, mesmo que estas linhas sejam escritas em sequência coerente. (ROSÁRIO, 2002, p. 3).

O mito busca ligar a memória ao presente e ao passado, mostrando ao ‘ser’ que existe como se constituiu e no que se fundamenta para vir a *ser*:

Mostra-nos identidade e diferença, nos aponta a repetição, permite que nos admiremos diante do novo. Pois não se diz que é "novo" aquilo diante do qual procuramos referências na memória e não encontramos? E, no instante seguinte àquele em que é percebido, o novo pertence ao passado e ao domínio da Memória. (ROSÁRIO, 2002, p. 4).

Todavia, não é possível lembrarmos tudo, nem de forma pessoal e nem de forma coletiva. Lembramos aquilo que significa algo, aquilo que importa. Entretanto, Ricoeur (2007) pontua que há multiplicidade e graus variáveis de distinção de lembranças. Nesse sentido, enquanto a memória está no singular, as lembranças estão no plural. Ricoeur (2007, p. 4), evoca ainda o pensamento de Santo Agostinho para analisar as lembranças que

[...] se precipitam no limiar da memória. Mas aquilo de que nos lembramos é pela memória que o retemos; ora, sem nos lembrarmos do esquecimento, não poderíamos absolutamente, ao ouvir esse nome, reconhecer a realidade que significa; se é, é a memória que retém o esquecimento.

Nessa discussão, Ricoeur (2007, p. 11) afirma que o que acontece com o ‘verdadeiro esquecimento’ pode ser entendido como privação de memória: “como, então, está aqui para que eu me lembre, uma vez que, quando está aqui, não consigo me lembrar?”. Ele esclarece que é preciso dizer que a memória, no momento do reconhecimento do objeto esquecido, testemunha a existência do esquecimento, porém como poderíamos refletir sobre o esquecimento se realmente esquecêssemos? As forças da lembrança disputam constantemente com as forças que impelem ao esquecimento, cada uma delas buscando realizar sua potência, agindo ou reagindo em função de valores e interesses (GONDAR; DODEBEI, 2005).

O esquecimento, todavia, implica o erro, a culpa etc., enquanto a lembrança permite recordar o que foi condenado ao esquecimento. Dessa forma, as recordações são caracterizadas como libertadoras. O esquecimento é intrínseco ao indivíduo e a memória, em razão das pressões sociais, diante das ameaças cotidianas no seio da sociedade, poderá gerar problemáticas sociais:

A memória é essencialmente social. Trata-se de um instrumento que prevê consequências negativas na comunidade em que o homem está inserido. Se ele não lembra o que foi imposto pelos dirigentes, o castigo será uma consequência fatal

[...]. A memória surge social e brutalmente [...], em contrapartida, o ato de memorizar valoriza o esquecimento que permite ruminar e digerir as experiências (GONDAR; DODEBEI, 2005).

Nesse sentido, uma *memória do futuro*² vinculada ao esquecimento, que dá lugar às novas avaliações, criações e experiências dos sujeitos que estão em constante movimento, promove rupturas que são capazes de desconstruir “memórias” outrora “cristalizadas” pela ação ideológica, romper o silêncio que caracterizava o esquecimento, fazendo, assim, falar os silenciados, e dando lugar a inúmeras vozes, a novos atores e a múltiplas representações (BARRENECHEA, 2005).

Vivemos, portanto, entre a memória e o esquecimento, talvez por vivermos em uma sociedade que nos impõe modos de ser e não ser, de estar e não estar. Contudo, certamente precisamos dessa dialética para continuarmos constituindo novos olhares sobre as experiências cotidianas, a fim de apreender e instituir outros sentidos e trajetos. Isso porque é a memória que nos permite lembrar de quem somos e é o que nos faz querer ir a algum lugar e modificar os rumos.

4 REFLEXÕES FINAIS

A memória, seja ela individual ou coletiva, constitui-se a partir do presente, dialogando sempre com os objetos que recortamos da realidade para analisar a condição do conhecimento materializado na contemporaneidade. Neste cenário, a representação da memória vai ao encontro dos aspectos materiais e imateriais dos objetos construídos e reconstituídos pela sociedade, no tempo e no espaço, no interior das relações sociais.

Para a realização desta pesquisa, consideramos, portanto, a contribuição da discussão desse tema como ponto de partida ou como continuação de uma trajetória de debates, estudos e pesquisas acerca da relação interdisciplinar entre memória e representação, envolvendo a reflexão sobre tempo e espaço e sobre lembrança e esquecimento.

Nesse sentido, ao longo do presente estudo, também reconhecemos que analisar as relações e os conceitos de representação na contemporaneidade constitui um desafio expresso essencialmente pelos mais abrangentes usos, abordagens e definições que podem ser associados ao referido termo.

² Este conceito de *memória de futuro* está esboçado apenas na obra nietzschiana – NIETZSCHE, Frederich. **Além do bem e do mal, prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Igualmente, compreendemos que o modo de entender, apreender e representar o passado é construído, processado e integrado à vida das pessoas, subsidiando, assim, as identidades culturais. Essa reconstrução do passado, seja a nível individual ou coletivo, está impregnada de identificação em um contexto em que se estabelece a relação entre o presente e o futuro, onde espaço e tempo são coordenadas básicas diretamente envolvidas com os sistemas de representação, que, por sua vez, traduzem seu objeto em dimensões espaciais e temporais. Pudemos visualizar, então, essa relação - espaço e tempo - em diferentes eventos representados na sociedade, os quais influenciam e são influenciados por memórias e identidades.

A partir daí, inferimos que a memória pode ser, portanto, apreendida como um processo constante de representação que nos permite discutir hábitos de pensamentos, expressões e comportamentos que se disseminam nos campos sociocultural e político, os quais são determinantes, muitas vezes, no estabelecimento do que será lembrado ou esquecido.

Entretanto, vimos que a memória assimila também como característica o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto que as experiências exercem sobre os grupos ou sujeitos, construindo um imaginário que se fundamenta como uma referência permanente de futuro.

Dessa maneira, a memória representada autoriza-nos a tecer diversas e diferentes leituras e ressignificações a partir do olhar e do contato com o que foi materializado, possibilitando a ampliação dos horizontes e a recuperação do passado, na tentativa de compreendermos o nosso ser e estar no mundo, a dinâmica social e a interação dos fatos, além de enriquecer o sentimento de pertencimento a uma determinada cultura ao reconfigurá-la.

É importante lembrarmos que a memória e o esquecimento não estão nas coisas e nem nos lugares especificamente, mas nas relações entre os seres. Entre os seres e as coisas, entre as palavras e os gestos. Os lugares são cenários nos quais se desenvolvem essas relações e as coisas configuram-se como resultados. Compreender que memória e esquecimento podem ser trabalhados, cultivados e semeados corrobora a consciência de ampliar a desconstrução e o entendimento desses conceitos que também envolvem conflitos e enfrentamentos fomentados pelo poder, os quais exigem fortalecimento e consolidação, pois semeiam e produzem memórias e esquecimentos, rastros sobre mudanças e permanências entre o passado e presente.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. *In: GODAR, Jô; DOBEDEI, Vera. (Org.) O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 55-71.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRANDÃO, Patrícia Cimino C. A representação da memória e identidade em "O piano" de Aníbal Machado. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 86-98, 2007.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia**. 2. ed. São Paulo: 34, 2004.
- FEITOSA, Luis Tadeu. **A praia de Iracema como patrimônio cultural: patrimônio de quem?** Fortaleza: Olhar Midiático, 1998.
- GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.
- HESÍODO. **Teogonia - A origem dos deuses**. Estudo e tradução de J. Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1992.
- HOBSBAWM, Eric J. **Sobre história: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- NIETZSCHE, Frederich. **Além do bem e do mal, prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. "O olhar do estrangeiro". *In: NOVAES, Adauto (org.). O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PLATÃO. Diálogos. *In: Fédon*. São Paulo: Abril Cultural, 1972. v. 3.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Tradução: Lucy M. César. Campinas: Papyrus, 1990.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- ROSÁRIO, Cláudia Cerqueira do. O lugar mítico da memória. **Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, [S. l.], v. 1, n. 1, sep. 2014. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4011>. Acesso em: 9 abr. 2020.

SILVA, Maria Aparecida de M. A cultura na esteira do tempo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 3, n. 15, p. 102-112, 2001.

SOUZA, Jovelina Maria Ramos de. **Mnemosýne e lesmosýne**: os atributos das Musas em Hesíodo. (Texto avulso). Acesso em: 9 abr. 2020.

VERNANT, Jean Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1993. p. 73-74.

Recebido/ Received: 12/07/2020
Aceito/ Accepted: 10/12/2020
Publicado/ Published: 18/01/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)

**O ARQUIVO PESSOAL DE HELITON SANTANA:
FONTE DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA**

HELITON SANTANA'S PERSONAL ARCHIVE: SOURCE OF INFORMATION AND MEMORY

Valdir de Lima Silva

Doutor em Ciência da Informação e Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduação em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná; em História e Arquivologia pela UFPB. Professor da Faculdades Integradas de Patos e da Faculdade São Judas Tadeu. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8847-9639>. Email: valdirpoesia@gmail.com

Maria Nilza Barbosa Rosa

Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Ciência da Informação pela UFPB. Graduação em Pedagogia pela Associação Educativa Evangélica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2476-2793>. E-mail: maria.nilvia@gmail.com.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a constituição da informação e da memória a partir do arquivo pessoal de Heliton Santana, contidas nos itens documentais, à luz da concepção teórica da escrita de si. A apreciação dos atributos memorialísticos foi norteadada pela perspectiva da pesquisa documental associada à técnica da entrevista livre. A partir da análise e interpretação dos dados, foi possível delinear a trajetória, como também identificar os traços significativos da constituição do arquivo. Conclui-se que o arquivo pessoal de Heliton Santana se configura como registro material de autobiografia, constituindo-se como uma significativa fonte de pesquisa, capaz de evidenciar os traços memorialísticos de sua produção cultural e de sua militância. Pretende-se contribuir, dessa forma, para a preservação de sua memória e de grupos de pessoas que dedicaram e dedicam parte de suas vidas à luta de causas coletivas.

Palavras-chave: Informação-Memória. Movimentos Sociais. Arquivos Pessoais. Heliton Santana.

ABSTRACT

The research aimed to analyze the constitution of information and memory from Heliton Santana's personal archive, contained in the documentary items, in the light of the self-writing theoretical conception. The appreciation of memorialistic attributes was guided by the perspective of documentary research associated with the technique of free interview. From the data analysis and interpretation, it was possible to outline the trajectory, as well as to identify the meaningful features of the archive constitution. It is concluded that Heliton Santana's personal archive is structured as an autobiographic material record, constituting itself as a significant source of research, capable of showing the memorialistic traces of his cultural production and militancy. It intends to contribute, in this way, to the preservation of his memory and of groups of people who have dedicated and dedicate part of their lives to the fight of collective causes.

Keywords: Information-Memory. Social Movements. Personal Archives. Heliton Santana.

1 INTRODUÇÃO

Dentro das Ciências Sociais há um movimento de reconstruir histórias de vida, biografias, a partir de arquivos privados pessoais, porém é importante ressaltar que nem todos os documentos dos arquivos são exclusivamente de caráter privativo. Alguns ganham o caráter de privado por pertencerem a um proprietário, todavia alçam o interesse público. No caso dos arquivos privados pessoais, ainda são incipientes as pesquisas que se debruçam sobre este campo frutífero, sobretudo em caráter analítico pelo viés da construção de uma escrita de si (FOUCAULT, 1992) ou em caso de fazerem referência a memórias de seu produtor. Isso se dá em razão de grande parte desses acervos não estarem disponíveis ao público tanto no modo analógico como no digital. Em outros momentos, eles se encontram na linha tênue do privativo, outros pela falta de condições técnicas de organização e tratamento dos documentos, e, pela ausência de tecnologias que viabilizem a disponibilização e compartilhamento de informações por meio digitais. Do ponto de vista de espaços, eles limitam o acesso e geram a problemática do silêncio ou ocultamento da memória (ASSMANN, 2011). Tudo isso associado contribui para uma incompreensão da dinâmica dessa categoria de arquivos.

Destacamos o arquivo pessoal do paraibano Antonio Heliton Santana,¹ como fonte de informação e memória. A arte engajada exercida por ele ajudou a disseminar o conhecimento, a informação e formação de uma “massa despolitizada”², por meio da defesa das ideias de liberdade, de igualdade perante a lei, de direitos individuais e de legalidade institucional.

Assim caminhando, nosso protagonista enveredou pelos movimentos sociais, políticos, sindicais e religiosos, oscilando da Teologia da Libertação da Igreja Católica - surgida na década de 1960, expandindo-se com muita força na América Latina - às religiões afro-brasileiras como o Candomblé e a Umbanda.

Enveredou, também, pelos caminhos das artes integradas: dança, teatro, poesia, música, literatura de cordel, cinema, indo de protagonista a produtor, sempre com foco pautado na informação forte (MORIN, 1999) e no respeito ao outro. Essa trajetória revela sua atuação cultural, de produtor, disseminador de informações de parte da memória de vários movimentos sociais na Paraíba, dos quais foi cofundador, a saber: Movimento de Teatro

¹ Daqui em diante, utilizaremos neste trabalho apenas o nome Heliton Santana.

² Esta expressão foi utilizada pelo Movimento de Teatro Popular para Plateia na Paraíba em meados da década de 1970, quando da efervescência da Teologia da Libertação.

Popular, Movimento Negro da Paraíba, Movimento de Adolescentes e Crianças, Associação de Transplantados Renais da Paraíba.

A ausência de uma organização da memória dos movimentos sociais na Paraíba, dos quais Heliton Santana militou é percebida nos espaços de preservação dessas memórias. Assim, o percurso teórico dialoga a todo o momento com a experiência existencial de nosso protagonista, pois, como aponta Gomes (2004), há um lugar de fala que situa sua vivência e a de quem lê seus escritos, ou seja, a escrita de si.

Gomes (2004, p. 10) esclarece que a escrita de si “integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si”. Essa produção pode ser mais bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre indivíduo moderno e seus documentos, preservando-se a memória documental.

No caso dos arquivos pessoais, a sua formação se concretiza na medida em que o titular passa a agrupar documentos resultantes de conjuntos de atos, em concordância com o seu modo de vida. Nesses arquivos, como alertam Duarte e Farias (2005), é comum encontrarmos documentos que enaltecem a imagem do titular e de seus pares, e podem representar sempre o vínculo pessoal que o titular mantém ou manteve com o mundo.

Em nosso trabalho, utilizamos a produção de Heliton Santana como artefato memorialístico, abrindo caixas, remexendo baús, revisitando correspondências, diários, documentos, enfim. Desse modo, foi possível observar, por meio dos rastros e vestígios (GINZBURG, 2006), as particularidades da vida de nosso protagonista, através de sua produção, criando informações de natureza cultural configuradas em documentos que guardam a memória de um militante e pesquisador da cultura popular.

Heliton Santana produziu peças teatrais, criou e organizou movimentos sociais, refletiu e descreveu sobre itens documentais, os quais podem ser concebidos como decorrentes da intenção de fixar identidade informacional no seu arquivo.

Afora o acervo do Centro de Documentação Popular (CEDOP), que se encontra no Arquivo da Arquidiocese da Paraíba³, e alguns documentos no Núcleo de Documentação Histórica Regional (NDHIR) da Universidade Federal da Paraíba, todo o arquivo de Heliton Santana encontra-se sob a responsabilidade de Valdir de Lima Silva (Curador).

³ Localizado no Palácio do Bispo – Praça Dom Adauto. Centro, João Pessoa.

Vale destacar que priorizamos neste trabalho a documentação relacionada aos movimentos sociais na Paraíba, especialmente, o Movimento Negro, sua atuação no teatro popular, e ainda, os documentários por ele produzidos.

Essa memória poderá se afirmar no registro e salvaguarda de diversas organizações sociais, das quais Heliton Santana foi fundador, colaborador e militante por mais de quatro décadas. Fazer esse caminho e revisitá-lo através da arte sem fronteiras, das ruas do Bairro Popular em Santa Rita-PB, do jornal *Negra Voz* e de ser documentado pela BBC de Londres, é captar não apenas o percurso de homem negro, mas sua intervenção no tempo e espaço. Dessa forma, o acervo de conhecimento e informações, do que ainda está implícito e velado, precisa ser descoberto, isto é, visibilizado.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A problemática aqui abordada tem como espaço a prática de pesquisa que buscamos referenciar como atividade na produção do conhecimento, entendendo que a pesquisa é um trabalho em processo. Adotar uma metodologia significa escolher um caminho, o qual, muitas vezes, requer ser reinventado a cada etapa. As atividades de pesquisa estão associadas com a produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que o pesquisador teve a ideia da pesquisa até o momento em que os resultados de seu trabalho são aceitos como parte integrante do conhecimento científico (GARVEY, 1979).

Como assevera Demo (1991), o trabalho científico, propriamente dito, é avaliado, pela sua qualidade política e pela sua qualidade formal. Qualidade política, como destaca o autor, refere-se fundamentalmente aos conteúdos, aos fins e à substância do trabalho científico. Qualidade formal diz respeito aos meios e formas usados na produção do trabalho.

Minayo (1993), por sua vez, considera a pesquisa como uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. Para a autora, trata-se de “uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (MINAYO, 1993, p.23). A pesquisa é, portanto, um conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que tem por base procedimentos racionais e sistemáticos

A abordagem qualitativa *do tipo documental*, segundo Helder (2006, p. 12), “vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor”. Neste tipo de pesquisa, deve-se atentar para uma análise cuidadosa, “visto que os documentos

não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.70). Com efeito, há uma estreita ligação entre as memórias e as anotações como fontes documentais.

Tendo como fonte principal o arquivo pessoal de Heliton Santana, a pesquisa documental fez com que recuasse no tempo e verificássemos a atuação de nosso protagonista no âmbito da cultura popular e dos movimentos sociais na Paraíba. Nesse caso, propusemos-nos a entender a lógica do acervo como fonte de informação. Essas fontes nos induziram à busca e à adoção do conceito de *análise documental* que, segundo Aróstegui (2006, p.508), é “um conjunto de princípios e de operações técnicas que permitem estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo de memória”.

Como aponta Aróstegui (2006, p.480), “há uma relação intrínseca com a temporalidade e a singularidade do objeto de estudo, que se sustenta em dados memorialísticos, revelados através de “vestígios, relíquias e testemunhos”, constituindo as fontes de uma memória extraída de um arquivo pessoal, acumuladas, tratadas e compiladas. Segundo este autor, “a análise documental envolve a comprovação de técnicas explícitas, erudição literária, crítica histórica e análise da fonte” (ARÓSTEGUI, 2006, p.480).

Quanto ao processo de pesquisa no arquivo pessoal de Heliton Santana, consideramos que foi lento e gradual, pois buscamos direcionar os materiais arquivísticos para o manuseio de reconhecimento no processo de tratamento e organização da massa documental. Começamos pela seleção dos documentos arquivados, bem como a responsabilidade no manuseio, na clareza sobre a natureza da unicidade documental (BELLOTTO, 2004) e nos deparamos com várias memórias em um baú fechado, mas que logo se abriria para futuras pesquisas.

O processo de leitura de cada documento ocorreu primeiramente de forma assistemática, apenas para reconhecimento. Depois foi a vez da leitura de cada documento do acervo, o que nos proporcionou um trabalho contínuo de investigação, de análise do tipo documental num confronto com os depoimentos das personagens entrevistadas para a pesquisa.

Assim, atentamos para as mediações e práticas, usos e destinos dos documentos, pois a maneira como se acumulam, se organizam e se armazenam nos arquivos parece querer defrontar-nos com um itinerário próprio, uma escrita de si, com vistas a orientar a própria leitura e interpretação. Neste trabalho, as fontes documentais foram obtidas de acordo com as etapas a seguir.

Além das fontes documentais, selecionadas para análise, realizamos a *entrevista livre* com pessoas que conviveram com Heliton Santana, em suas relações pessoais e profissionais, como uma das formas de complementarmos as coletas de dados. Como afirma Minayo (1993), se as entrevistas forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um dos entrevistados percebe e significa sua realidade.

Além disso, como assegura Minayo (1993), a entrevista favorece o levantamento das informações, permitindo ao entrevistador compreender a lógica que preside as relações entre as pessoas ou grupos, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados. Ao nos aproximarmos de cada entrevistado, expusemos a temática, e eles falaram com base no seu repertório de conhecimentos e informações, de lembranças e recordações.

A escolha dos entrevistados se deu pela familiaridade com o nosso objeto de estudo. Eles nos ajudaram a traçar o perfil de Heliton Santana como militante social, como se pode conferir no quadro a seguir:

Quadro 1 – Sujeitos da pesquisa (Entrevista livre)

Marta Santana	Viúva de Heliton Santana
Andila Nahusi	Primeira filha de Heliton e Marta Santana
Caiala Nahahy	Segunda filha de Heliton e Marta Santana
Dulce Santana	Irmã de Heliton Santana
Padre Luiz Couto	Ex-membro do CEDOP
Branca Barbosa	Ex-integrante do grupo: Teatro, Luta e Libertação (TELL) e Anima-Ação

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Esclarecemos que não se trata de um trabalho com proposta de amostragem. Nosso intuito foi registrar a narrativa de pessoas que conviveram com o nosso protagonista e, através dela, a vivência e o pensamento de cada entrevistado nesse enlace. Este registro alcança uma memória pessoal que é também uma memória social, familiar e grupal.

Todas as entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas, para retirarmos delas as diversas possibilidades de interpretação, as diferentes leituras sugeridas pela entonação, pela ênfase, pela emoção, pelas pausas, pelos silêncios e até pelo gestual (PORTELLI, 1997, p.2). Este autor assegura que grande parte das informações pode se perder na passagem da oralidade ao documento escrito, por isso deve-se procurar garantir, na transcrição, a fidelidade à intenção e à memória do entrevistado.

Todo esse contexto faz com que o arquivo não se reduza à guarda da memória, mas extrapola a tal função, como afirmam Barros e Neves (2009). Sendo assim, “Ele representa um meio necessário para a definição social e cultural, assumindo uma postura de mediação na conquista de direitos, no que tange à aquisição e à criação de novos conhecimentos” (BARROS; NEVES, 2009, p. 60).

Ressaltamos a descrição e a divisão do Arquivo Pessoal de Heliton Santana, como se pode conferir abaixo:

a) A biblioteca pessoal de Heliton Santana foi doada para a biblioteca do CEDHOR - Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero em Santa Rita. À exceção das memórias escritas por Heliton, a documentação referente ao CEDOP, com a extinção desse Centro, foi para o Arquivo da Arquidiocese da Paraíba. A documentação é referente à parte administrativa e ao acervo produzido como: cartilhas, livretos, jornais, entre outros.

b) O acervo audiovisual do CEDOP contém, aproximadamente, mil e quinhentos itens produzidos pelo órgão com temática relacionada aos movimentos sociais, como a CPT, MTP, MNPB, MAC, entre outros. Este foi acomodado no SINTRICOM até qualquer outra decisão por parte dos sócios fundadores do CEDOP, sendo Heliton Santana representado por Marta Santana, podendo ambos ser pesquisados.

c) O acervo de livros de Heliton foi doado à Biblioteca do CEDHOR. Os demais documentos que fazem parte do acervo ficaram sob a responsabilidade do curador do arquivo e encontram-se desde 2011, em sua residência, acomodados em um baú de madeira. De certo modo, o arquivo já vira organizado por Heliton quando naturalmente o produzia.

O que tornou o trabalho mais fácil de entendimento foi o fato de que o pesquisador fez parte de muitos momentos vividos e narrados na documentação (textos, fotos, notícias e audiovisuais). Paradoxalmente, a proximidade com a personagem central e com os fatos tornou, também, mais difícil de fazer o distanciamento necessário para a pesquisa, sendo um exercício e aprendizado diários.

Alguns quadros referentes ao arquivo de Heliton Santana foram construídos, para ilustrarmos e representarmos imgeticamente a divisão do arquivo e a organização da documentação.

Quadro 2 – O Arquivo Pessoal de Heliton Santana em diferentes espaços

Arquivo da Arquidiocese da Paraíba (João Pessoa)
Arquivo do SINTRICOM (João Pessoa)

Arquivo privado de Valdir Lima: Fundo Heliton Santana (Santa Rita)
Biblioteca do CEDHOR (Santa Rita)

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sobre arquivo, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) (2006, p. 14-15) utiliza os seguintes elementos: a) *Autor* como “Designação genérica para quem cria um documento”; b) *Dossiê* como “Unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto)”; c) *Entidade Coletiva* como “Grupo de pessoas que agem de maneira organizada e é identificado por um nome específico, variando no seu grau e forma de organização, como instituições e movimentos sociais, políticos, econômicos, científicos, culturais, militares e religiosos, bem como feiras, seminários, congressos, expedições, naves, aeronaves e embarcações”; d) *Fundo* (arquivo) como “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência”.

Na esteira do pensamento de Bellotto (2004), podemos dizer que o arquivo de Heliton Santana trata-se de um “Fundo Fechado”, uma vez que o autor do arquivo é falecido e não produz mais documentos.

O arquivo de Heliton Santana conta com álbuns de fotografias, alguns panfletos e recortes de jornais que noticiaram as apresentações do MARCA e do Anima-Ação na Europa, organizados por ele e por Marta Santana. Os textos teatrais foram todos catalogados por Branca Barbosa desde o período do grupo TELL, seguindo-se com Anima-Ação. O arquivo conta, além da documentação em suporte de papel, também com audiovisual, imagética, com parte do figurino de espetáculos do Anima-Ação, acessórios utilizados nos espetáculos teatrais, e uma grande coleção de discos em vinil, fitas de gravador, fitas cassete.

A partir de documentos arquivísticos, capitaneados nesse arquivo, evidenciamos uma produção contextualizada em época e lugar, com dimensão abstrata e simbólica, e de valor cultural.

Por fim, apresentamos as estratégias de construção da produção de Heliton Santana, de sua militância nos movimentos sociais e de sua atuação como produtor cultural e ator teatral. Desse modo, percorremos o seu Arquivo Pessoal, no intuito de divulgá-lo, para que sirva de fonte documental para outras pesquisas.

3 ARQUIVO E ESCRITA DE SI: espaço de tradução do eu

A diferença entre arquivo público e arquivo privado é relevante para o entendimento conceitual de arquivo pessoal. A lei de arquivo, Lei nº 8.159/91, dispõe sobre a política nacional de arquivos conceituando e estabelecendo a diferença entre arquivo público e arquivo privado. No artigo 7º, a lei define arquivos públicos como:

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias (BRASIL. Lei nº 8.159, 1991, art. 7º).

Todas as unidades da administração pública ao produzir os seus documentos geram arquivos, os quais deverão estar disponíveis para a pesquisa, já que são de caráter público. As instituições privadas que desempenham serviços públicos também produzirão arquivos de caráter público, com ressalvas previstas na Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011.

Já o artigo nº 11 da Lei nº 8.159/91 conceitua arquivos privados como conjuntos de documentos oriundos de pessoas físicas ou jurídicas. Assis (2009), com base nessa lei, argumenta que arquivos privados abarcam tanto os arquivos institucionais como os arquivos pessoais sem considerar as suas especificidades. E como uma categoria de arquivo privado, Assis (2009) considera os arquivos pessoais interpretados, incluindo as suas características que os distinguem dos demais. Para o autor, os documentos produzidos e acumulados em decorrência das atividades de uma pessoa são os que compõem um arquivo pessoal.

Para Assis (2009), o local de origem de produção não satisfaz plenamente a diferença entre arquivo público e arquivo privado. Por essa classificação, os documentos da administração pública estariam classificados como públicos e os acumulados por uma pessoa como pessoal (privado), conforme definido na Lei nº 8.159/91, reforça o autor.

Como assevera Assis (2009), há casos em que o limite dos documentos em serem privados e públicos é tênue e busca uma melhor definição para arquivo pessoal, tendo como base a acumulação e produção de documentos: “é a pessoa, a partir de seus critérios e interesses, que funciona como eixo de sentido no processo de constituição de arquivo” (ASSIS, 2009, p. 45).

O titular acumula os seus documentos de acordo com as atividades que desempenha durante a sua vida e é na esfera privada que ele decidirá quais desses documentos irão compor o seu arquivo. O acervo se tornará público de acordo com o valor que esse receberá posteriormente.

Pela vasta quantidade de documentos autobiográficos que os arquivos pessoais possuem, eles podem ser considerados como uma escrita de si, isto é, uma produção do eu

(OLIVEIRA, 2018). Certamente não são todos os arquivos pessoais que podem ser considerados produções de si, somente por conter diversos documentos autobiográficos, assegura Oliveira (2018). Para a autora, o que os caracteriza de tal modo é a forma de acumulação dos documentos neles contidos que, segundo Heymann (1997), podem demonstrar a intenção de seu titular de torná-los públicos.

Para Heymann (1997), o processo de acumulação e a organização dos registros documentais presentes nos arquivos pessoais podem passar por diversos critérios bem como podem variar segundo avaliações táticas do tempo presente relativas a projetos significativos em algum período para o titular ou de suas posições sociais ocupadas. A exigência do arquivamento de si não possui apenas uma função ocasional. O sujeito deve manter seus arquivos de vida para ter sua identidade reconhecida, para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro e, sobretudo, existir no cotidiano (ARTIÉRES, 1998).

Para o autor, o titular ao escolher e ordenar alguns acontecimentos traça o sentido que deseja dar à sua vida e considera que “arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência” (ARTIÉRES, 1998, p. 11).

Nesse sentido, diríamos que é uma espécie de “feitiço dos arquivos privados”. O termo “feitiço dos arquivos privados” é esclarecido por Gomes (1998) como um feitiço que se traduz por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público. Assim, "ele revelaria seu produtor de forma que aí ele se mostraria, e o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros” (GOMES, 2004, p. 125).

Ao tratar da escrita de si, a autora argumenta que:

Trata-se de um conjunto de ações, considerando desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita, como é o caso das autobiografias e os diários, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar coleções (GOMES, 2004, p.11).

Para Heymann (2005, p.41-42), o interesse dos pesquisadores pelos arquivos pessoais parece repousar “na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória fica acessível aos que examinam sua papelada, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes”.

Bellotto (2004) assegura que os arquivos pessoais podem ser classificados de acordo com a natureza de sua produção. A primeira divisão ocorre entre arquivos pessoais e

institucionais, ou arquivos de pessoas físicas e arquivos de pessoas jurídicas de direito privado. A autora assevera que na categoria pessoal estão incluídos os arquivos produzidos por pessoas físicas e por grupos familiares, criando uma categoria específica, como extensão do conceito de arquivo pessoal.

A denominação Arquivo Social, para se referir a arquivos de entidades organizadas para desenvolvimento de atividades em benefício de um grupo social qualquer, é utilizada por Bellotto (2004), incluindo neste conceito “associações de classe, entidades educacionais e beneficentes, entidades religiosas, culturais, entre outras possibilidades” (BELLOTTO, 2004, p. 255).

Bellotto (2004) entende que a preservação dos documentos privados é um problema complexo, e as questões de recolhimento, sonegação e destruição de papéis apresentam facetas mais complexas especificamente quando voltada para o privado. Assim para a autora:

Isto porque atos ligados aos deslocamentos de fundos, aos critérios de avaliação, à proibição de expurgo indiscriminado e de exportação podem ser determinados por leis municipais, estaduais e federais, com validade nas suas respectivas jurisdições, quando o que está em causa são documentos produzidos pelo poder público. No caso dos acervos privados é apenas a sensibilização, por persuasão, por especiais interesses e concessões que certos acervos podem ser resgatados para a pesquisa histórica (BELLOTTO, 2004, p.258).

Os arquivos de interesse público e social, a efetividade de qualquer processo de preservação, estarão sujeitos ao desejo voluntário do titular em recolher estes documentos a uma instituição de custódia de arquivos permanentes e permitir o acesso público a eles.

4 HELITON SANTANA: MEMÓRIA DE SI, MEMÓRIA COLETIVA

Foi em 04 de agosto de 1950 que nasceu Antônio Heliton Santana, em Santa Rita, uma cidade localizada na Região Metropolitana de João Pessoa, onde prosperou a cultura da cana-de-açúcar. A cidade abriga um universo artístico, composto por atores, repentistas, músicos, dançarinos, coreógrafos, poetas, artesãos, cineastas, artistas plásticos, entre outros.

O menino, filho de seu Severino Joaquim de Santana, conhecido por “Burro Preto”, e dona Maria da Penha Santana, morava com os pais no antigo Bairro do Cercado, que passou a chamar-se Bairro da Liberdade. Seu pai era mecânico de automóveis e a mãe, dona de casa. Uma família de cinco irmãos, sendo quatro homens. Todos falecidos e uma única irmã, Dulce, ainda viva.

Heliton Santana participou ativamente da prática docente, dos movimentos sociais e culturais populares, tendo uma vida produtiva. Destacar sua participação nesses campos significa dar o justo reconhecimento a um homem que batalhou pela cultura na Paraíba.

Esse santa-ritense quando criança estudou o curso primário no Colégio Estadual de Santa Rita, hoje Escola Estadual Antônio Teixeira, no Centro da cidade. Ingressou através do Exame de Admissão no ginásio aos 14 anos. No ano de 1965 ao de 1968, concluiu o 1º Ciclo e começou o segundo, o curso científico, que foi realizado no período de 1969 a 1971, ambos no Colégio Estadual de Santa Rita, hoje Escola Integral Cidadã Enéas Carvalho.

Em 1972, Heliton Santana atuou como docente no Ginásio Augusto dos Anjos em Santa Rita, ministrando aulas de artes. Nessa ocasião, para festejar o aniversário do primeiro ano da instituição das freiras holandesas, ele montou o espetáculo “Brasil Caboclo” de Zé da Luz, que culminou com o nascimento do grupo TELL, extinto em 1989.

Foram 18 espetáculos, sendo um deles “Axé, Resistência Negra”, filmado pela BBC de Londres em Recife (1985). Em 1992, criou o Departamento de Teatro Popular, uma organização no Nordeste com D. José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba. Ainda em 1992, criou o movimento de teatro popular e o Centro de Documentação Popular (CEDOP).

A vida de Heliton Santana segue no ritmo agitado, parecendo não querer perder tempo tanto na vida laboral como na vida amorosa. Assim, a vida vai tecendo os caminhos. Foi então que Marta e Heliton se conheceram, namoraram por dois anos seguidos, e, quando ele foi aprovado no concurso público do Estado da Paraíba, decidiram casar-se.

A liturgia do casamento fugiu dos padrões tradicionais de casamentos cristãos, especificamente de tradição católica, em pleno início da década de 1980. O casal, com roupas brancas e pés descalços, a noiva sem véu e maquiagem, recitava poemas bíblicos, extraídos do livro Cântico dos Cânticos, e simula cenas teatrais, onde se perdia na multidão de convidados. Heliton recitava um trecho e Marta respondia até se encontrarem diante do Arcebispo Dom José Maria Pires. A festa foi comemorada com músicas do folclore e do cancionário da MPB. Teve um momento em que as pessoas dançaram o toré, típico das tribos indígenas da Baía da Traição. O evento foi tema dos mais diversos comentários, devido ao seu caráter transgressor e inovador.

A vida conjugal de Heliton e Marta Santana foi marcada por companheirismo, bastante trabalho coletivo e pouco lazer. As turnês do grupo de teatro ocupavam os fins de semana, e durante a semana estavam envolvidos em atividades pastorais diversas. As filhas Andila e Caiala nasceram e cresceram em meio a essa rotatividade, além de crescerem

vivenciando as lutas nos movimentos sociais. Marta, assim como Heliton, viajou muito. Ela fez parte da coordenação nacional do MAC, passando a realizar trabalhos em todo o país, assim como em outros países e continentes.

Marta Santana relata que viajou para África do Sul, em pleno período do *apartheid*. Momento delicado politicamente, e ela disse poder sentir na pele o racismo. Em uma ocasião festiva no evento, vizinhos do local de cor branca ligaram para a polícia por se sentirem incomodados com os tambores e, implicitamente, a cor da sua pele, lembrando que foi o regime do *apartheid* que retirou os direitos dos negros e deu privilégios aos brancos, minoria naquele país.

No ano de 1998, a Escola Estadual Enéas Carvalho, na qual Heliton estudou, realizava a Semana Cultural Heliton Santana em parceria com o NUDOC/UFPB e o comércio local. Por época desse evento, o médico conversou com Heliton e o comunicou que poderia ter poucos meses de vida devido ao agravamento da doença, descoberta tardiamente. Contrariando as expectativas, ele ainda viveu 14 anos após essa notícia, inclusive tendo feito o transplante renal por um doador de 26 anos, que veio a óbito em acidente automobilístico.

Durante todo o processo de descoberta, tratamento, transplante e passagem de Heliton Santana, houve muito sofrimento por parte dele, da família e de pessoas amigas. Ele, que sempre foi contrário à privatização da saúde e lutava pelo direito ao Serviço Único de Saúde (SUS) com qualidade, precisou fazer urgentemente um plano de saúde para poder submeter-se ao tratamento, visto que seu estado se agravou. O Instituto Nacional de Serviço Social (INSS), de imediato, exigiu seu afastamento e aposentadoria por invalidez, o que, segundo Marta Santana, foi um choque para ele, que se recusou a deixar de trabalhar, contestando no INSS, mas esta decisão era irrevogável.

5 UM CICLO QUE SE FECHA

Silenciam-se as atividades intelectuais; silencia-se a militância; silenciam-se as dores do corpo; silenciam-se as esperanças: “Um brilho cego de fé” se finda. Alguns fatos guardam a lembrança: era uma quarta-feira, dia quatro de setembro de 2011, quando fomos informados sobre o quadro de saúde de Heliton, que se agravaram. Logo depois, ele faria a passagem. Do choque à articulação para o velório. Ele seria velado na Câmara Municipal de Santa Rita, por tratar-se de uma figura ilustre da cidade. À noite, o corpo passou pela Central de Velório da

Maternidade Flávio Ribeiro Coutinho, seguindo para a Câmara Municipal, onde as pessoas amigas e populares começaram a chegar. Foi grande a movimentação de pessoas ligadas às pastorais sociais e de todos os movimentos que ele fez parte, direta ou indiretamente. Vivenciei todos esses últimos momentos.

O que seria um velório comum transformou-se num evento social com pessoas de todo o estado da Paraíba e de outras cidades do Nordeste como: Recife, Natal, Mossoró, entre outras. Representantes de diversos movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, lideranças religiosas ecumênicas (católicos, umbandistas, candomblecistas) e autoridades políticas, com reverências através de coroas de flores enviadas pelo prefeito de João Pessoa, Luciano Agra, o governo do Estado, Câmara de Vereadores de Santa Rita e Assembleia Legislativa da Paraíba. O governador Ricardo Coutinho esteve presente, bem como o deputado estadual Frei Anastácio e o deputado federal Luiz Couto.

Assistimos a alguns depoimentos e testemunhos sobre a importância de Heliton Santana nas suas vidas, inclusive uma breve apresentação musical da cantora Vera Lima. Após as homenagens, seguiu-se o cortejo pelas principais ruas do centro até o Cemitério Santana, com revezamento de pessoas conduzindo a urna funerária, e, ao som de violão, cantamos músicas do repertório afetivo de Heliton e dos espetáculos teatrais: músicas de Gilberto Gil, Milton Nascimento, Djavan e Chico Buarque.

A Câmara Municipal de Santa Rita por meio do então vereador Moisés Virgínio Barros (Moza) aprovou por unanimidade um voto de pesar à família Santana. A missa de sétimo dia aconteceu no Santuário Santa Rita de Cássia, em Santa Rita, tendo sido celebrada por Frei Anastácio, e a liturgia fora realizada. Já a missa de trinta dias foi celebrada por Padre Luiz Couto, D. José Maria Pires, e Frei Anastácio, nesse Santuário, com a presença de pessoas amigas, admiradoras e militantes dos movimentos sociais. À hora do sermão, D. José Maria Pires fez uma analogia da trajetória de vida de Heliton à vida de dois líderes espirituais: Jesus e São Francisco de Assis. Ele esclareceu que a tríplice comparação deveu-se a uma vida simples e voltada para a caridade e o amor às pessoas oprimidas.

Historicamente, o ser humano sempre necessitou do contato social. A amizade é um fator importante e fundamental à vida das pessoas, e Branca Barbosa, como já dissemos anteriormente, uma das amigas de Heliton e Marta Santana, atriz e também ativista, demonstrou ter esse sentimento, sempre ao lado do amigo, nos momentos mais difíceis, levando confiança e carinho.

Com o desencarne do líder, restou seu acervo composto de documentos manuscritos, datilografados, digitados, xerocopiados, fotografias, roupas, livros, cadernetas de anotações, gravações de depoimentos, entre tantos outros que juntos formam o baú das memórias de um militante.

PALAVRAS FINAIS: IDEIAS SINTETIZADORAS

Uma memória apagada é impossível de ser ressignificada, até porque não se recupera o vivido. Desse modo, entendemos ser importante a produção de pesquisas sobre arquivos pessoais, principalmente quando se aborda sobre a trajetória do titular do acervo. Os arquivos pessoais exercem papéis sociais importantes e representam a relação que o biografado teve com os registros que produziu em vida, configurando-se como suportes de suas memórias.

Como representante de uma memória individual, o arquivo de Heliton Santana, no seu conjunto, está ligado à trajetória dos movimentos sociais em Santa Rita e, por que não, em âmbito da Paraíba. Preservar essa memória individual é também preservar a memória de toda uma coletividade, sobretudo, considerando que toda memória individual está assentada nas relações com o coletivo; ademais, quando se percebe o seu arquivo sob muitos olhares, reconhecendo sua atuação nos movimentos sociais, sindicais, entre outros, numa perspectiva de dar voz, não a figuras isoladas, mas a grupos sociais por ela representados.

Ao longo deste trabalho, procuramos fazer um traçado do arquivo pessoal de Heliton Santana, como fonte de possibilidades de pesquisar outras memórias, com perspectivas diferentes, sobre os movimentos sociais na Paraíba num corte temporal entre 1970 e 2010.

No caso do arquivo pessoal de Heliton Santana, temos uma teia de personagens, grupos e eventos que caracterizam uma escrita de muitas mãos, falas de muitas bocas, numa dinâmica anti silenciamento. Nosso esforço foi significativo no sentido de buscar selecionar as informações a serem condensadas e ressignificadas de acordo com a proposta aqui aventada. Portanto, inferimos que a trajetória de Heliton Santana se fortalece a partir do seu arquivo pessoal, como uma trajetória de recuperação memorialística dos movimentos sociais na Paraíba, mais especificamente, na cidade de Santa Rita, PB.

REFERÊNCIAS

ABELLÁS, José Benito Yárritu. Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas – o caso Hussak, 2012. In: SILVA, Maria

Celina; SANTOS, Paulo Elian. **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência**. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2012. 191p.

ALONSO, Ângela. As Teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. In: **Lua Nova**, N. 76, 2009, p. 49-86. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em jun. 2019.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teórica e método**. Bauru - SP, Edusc, 2006.

ARTIÉRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.11, 1998.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARROS, Dirlene Santos; DULCE, Amélia. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 5561, jan./abr., 2009.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.394**, de 30 de dezembro de 1991.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

GOMES, Ângela de Castro (org). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarves, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de. **José Simeão leal: o editor público brasileiro**. João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2006. 124p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história. **História & cultura**. (Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP). São Paulo, dez. n. 10, 1993.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**, São Paulo, v. 14, fev,1997.

Recebido/ Received: 22/05/2020
Aceito/ Accepted: 09/11/2020
Publicado/ Published: 18/01/2021



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0)